



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

JHANIelly GONÇALVES BARBOSA
MATRÍCULA: 201410540066

ORIENTADORA:
PROF^a. DR^a. TEREZINHA FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO DOS SANTOS

O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARAENSE: UM
ESTUDO SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E
EMPREGO (PRONATEC).

BELÉM – PARÁ

2018

JHANIELLY GONÇALVES BARBOSA

O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARAENSE: UM
ESTUDO SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO EM
EMPREGO (PRONATEC)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos.

BELÉM - PARÁ

2018

JHANIELLY GONÇALVES BARBOSA

O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARAENSE: UM ESTUDO SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em: 07/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos (Orientadora – UFPA)

Prof. Dr. José Carlos Martins Cardoso (Membro da banca – UFPA)

Ma. Genilda Teixeira Pereira Amaral (Membro da banca – UFPA)

AGRADECIMENTOS

À minha família, em primeiro lugar, pela inspiração, pelo apoio, por todos os momentos felizes e por nunca desistirem de mim, por sempre me mostrarem o quanto eu sou capaz de realizar os meus sonhos. Em especial, à minha mãe Juanira Gonçalves Barbosa (Dona Jane), uma mulher forte, amorosa, inteligente, alegre e digna de todo o respeito do mundo, graças a ela eu pude conhecer o amor na sua forma leve e pura, nessa mulher eu me inspiro e a ela dedico todas as minhas conquistas. À minha amada irmã e melhor amiga, Mozanielly Gonçalves Barbosa, uma pessoa linda por dentro e por fora e uma das mulheres mais incríveis desse mundo, foi uma honra crescer com ela e é uma honra sempre tê-la por perto. À minha irmã querida e amiga, Emanuely Gonçalves Barbosa, uma mulher guerreira e linda, que cuidou de mim e que se tornou uma pessoa admirável! Ao meu irmão, Emmanuel Gonçalves Barbosa, um homem inteligente, dedicado e engraçado!

Meus profundos e sinceros agradecimentos ao meu companheiro, Rodrigo Mira do Nascimento, sou inteiramente grata pelo apoio, pelos conselhos e pela inspiração que o Rodrigo me proporcionou, sua companhia na academia, nas lutas e em casa foram essenciais pra que eu pudesse enxergar a vida de uma forma otimista e, além disso, de saber que podemos construir um mundo mais justo, a ele todo o amor do mundo. Agradeço também aos meus sogros, Reginaldo Nascimento e Reuza Mira, por me acolherem em sua família e pelos bons momentos.

Às minhas amigas da graduação em Pedagogia e família que a Universidade Federal me deu: Janete Lima, Josely Ramos, Luciane Pinheiro (e seu lindo filho Rafael que nos trouxe luz e paz ao comparecer nas aulas conosco), Nayana Machado (e seu filho lindo Adam Vinicius), Roselene Hianes, Sulyane Palmeira e Yasmim Nascimento. Amigas que estarão no meu coração por toda a vida! Às demais amigadas da Pedagogia Aline Gomes, Sandy Coelho e Ana Maria Cunha.

Às amigadas que construí no curso de História: Luiz Armando Paes Loureiro, Maria Araújo, Emilly Teixeira, Romero Malcher, Abel Bernal, Rafael Dias, Sérgio Seabra, Flávio Pantoja, Alef Ferreira entre outros. Aos amigos do curso de Ciências Sociais: Almir Bernal, Hitalo Pinheiro, Patrick Nogueira, Wladson Gerhardt e Everson Costa. Aos funcionários da Universidade Federal do Pará: Ailda Brasil, Rosemary, André Caldas e Seu Paulo. Aos demais

amigos de escola, de infância e da vida: Jéssica Lopes, Rafael Oliveira, Vinícius Farias, Heverton Moraes, Deysianne Martins, Junior Mattos, Thiago Silva, Israel Monteiro. Agradeço a todas e a todos pelo apoio e amizade.

À minha amada e querida orientadora Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, agradeço profundamente pela oportunidade de fazer parte do Grupo Observe, pelas boas histórias, pelo carinho, pelos sábios conselhos. Foi uma honra ter conhecido e convivido com uma mulher que é boa em tudo o que faz, que é referência nos estudos sobre gestão democrática, trabalho e educação e educação e desenvolvimento na Amazônia, e além disso é bondosa e humana!

Meus sinceros agradecimentos aos membros da banca: Prof. Dr. José Carlos Martins Cardoso e Prof^a. Ma. Genilda Teixeira Pereira Amaral, agradeço pela disponibilidade e pelas contribuições neste trabalho. Agradeço também os demais professores que contribuíram com o meu aprendizado durante a graduação, em especial, Edna Barreto, Alberto Damasceno, Fabrício Carvalho, Daniel Dias, Iza Helena Travassos, Wilson Barroso e Leandro Klineyder.

E por último, mas não menos importante, agradeço aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática, obrigada pelos aprendizados e pela amizade, em especial: Genilda Amaral por ser essa pessoa sensível e amiga que também suavizou a minha caminhada! Socorro Vasconcelos, Neli Mesquita, Àurea Peniche Martins, Fernanda Barbosa, Luiz Miguel, por serem pessoas boas, admiráveis e inspiradoras!

A todas e a todos, meus Muito Obrigada por tudo!

“Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence”.

- Bertolt Brecht.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso trata de uma análise sobre a relação entre o Estado e iniciativa privada na educação profissional paraense por meio da parceria estabelecida entre Governo Federal e Sistema “S” para a oferta e execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), cujo objetivo foi analisar como se configura a relação entre o Estado e o Sistema S no Pronatec no Pará, via parcerias público-privadas. A metodologia privilegiou a pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico e documental, para a bibliografia selecionaram-se autores que abordam a temática da educação profissional brasileira e paraense, como: Araújo et al., (2007), Canali (2009), Campêlo (2017); a temática acerca das parcerias público-privadas na educação, tais como: Peroni (2015) e Santos (2012); e sobre o Pronatec: Silva (2017), Rodrigues e Santos (2015). Os documentos selecionados foram: Relatório do SENAC do exercício de gestão de 2014, Relatório da EETEPA Monte Alegre do exercício do Pronatec referente ao ano de 2014. As análises efetuadas neste trabalho revelam que a parceria entre o público e o privado além de estar presente na educação básica, por meio de programas que visam a implementação do modelo de gestão gerencial, também está presente na educação profissional por meio da parceria entre o Estado e Sistema “S” na oferta e execução do Pronatec, no qual é priorizada a formação dos jovens socialmente vulneráveis para atender as demandas do mercado de trabalho por meio de cursos aligeirados, onde o privado é priorizado em detrimento do público por meio da iniciativa de ampliação da capacidade do Sistema “S”, o qual possui uma gestão privada mas a maior parte dos seus recursos vem do público, especificamente, da classe trabalhadora, que não possui uma participação efetiva na tomada de decisões do destino desses recursos. Logo, conclui-se que é necessário lutar por uma educação profissional que seja efetivamente pública, gratuita e de qualidade, que forme o estudante-cidadão-trabalhador sob a perspectiva de uma educação politécnica de forma crítica e reflexiva em todas as áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Parceria público-privada. Educação Profissional. Pronatec. Sistema S.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de matrículas nos Cursos técnicos do Pronatec de 2012 a 2014. 44

Tabela 2: Oferta do Pronatec no SENAC/PA no ano de 2014. 54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os Programas de Educação Profissional e suas características - Década de 1990.	25
Quadro 2: Pontos a melhorar e pontos positivos durante a execução do Pronatec na EETEPA Monte Alegre-PA no ano de 2014.	47
Quadro 3: Ano de criação nacional das entidades que integram o Sistema S e ano de instalação no Pará e suas principais funções.	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPCS: Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEFET-PA: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará

CONSED: Conselho Nacional de Secretários de Educação

EETEPA: Escola Estadual de Educação Tecnológica do Estado do Pará

EIFPA: Escola Industrial Federal do Pará

EPCT: Educação Profissional Científica e Tecnológica

EPT: Educação Profissional e Técnica

ETFFPA: Escola Técnica Federal do Pará

FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

IAS: Instituto Ayrton Senna

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IFPA: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

IU: Instituto Unibanco

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LIPA: Liceu Industrial do Pará

MARE: Ministério da Administração e Reforma do Estado

MEC: Ministério da Educação

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

Observe: Observatório Gestão Escolar Democrática

PA: Pará

PCS: Programa de Capacitação Solidária

PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola

PDRAE: Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

PEE-PA: Plano Estadual de Educação do Estado do Pará

PEP/PA: Plano Estadual de Educação Profissional do Pará

PIB: Produto Interno Bruto

PJF: Programa Jovem de Futuro

PLANFOR: Plano Nacional de Formação Profissional

PNQ: Plano Nacional de Qualificação

ProEMI/JF: Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro

PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional

PROFAE: Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem

Pronatec: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECTET: Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica

SEDUC-PA: Secretaria de Estado de Educação do Pará

SENAC: Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT: Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC: Serviço Social do Comércio

SESCOOP: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

SESI: Serviço Social da Indústria

SEST: Serviço Social do Transporte

Seteps: Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social

TCH: Teoria do Capital Humano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CAPÍTULO I: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	17
1.1. Histórico da Educação Profissional brasileira	17
1.2. A Educação Profissional paraense	27
2. CAPÍTULO II: O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO	33
2.1 As Parcerias Público-privadas	33
2.2 O Público e o privado na educação básica e profissional paraense	40
3. CAPÍTULO III: A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO	44
3.1 O Pronatec no Pará	44
3.2 A atuação do Sistema “S” no Pronatec no Pará	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de uma análise sobre a relação entre o público e privado na educação profissional paraense, decorrente dos acordos firmados entre o Estado e o Sistema “S” na oferta de vagas e execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Denomina-se Sistema S, pois as entidades que o integram iniciam com a letra S, tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), entre outras, que realizam cursos e treinamentos profissionais.

O interesse para a sua elaboração surgiu a partir dos estudos acerca das parcerias público-privadas e da educação profissional realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório Gestão Escolar Democrática (Observe) coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, em especial, da minha participação no projeto de pesquisa “Programas de melhoria da educação básica e profissional no Pará via parcerias público-privadas”, no qual desenvolvi enquanto bolsista de iniciação científica os Planos de Atividades intitulados: O Programa Jovem do Futuro (PJF) do Instituto Unibanco (IU) em escolas do ensino médio de Belém; e Um estudo sobre o Pronatec no Pará referente ao Ensino Médio.

A parceria público-privada é fruto das Reformas Administrativas que ocorreram no Brasil, dentre as quais, cabe destacar três: A chamada reforma burocrática de 1936, no governo de Getúlio Vargas, a Reforma de 1967, que buscava desburocratizar o Estado e a reforma de 1995 que consolidou um novo modelo de gestão: a gestão gerencial a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso que teve como orientador o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira (SANTOS, 2012).

Para Santos (2012), a Reforma de 1936 foi implementada para buscar romper com o patrimonialismo na administração do Estado brasileiro e com o atraso do país, inaugurando o Estado racional legal burocrático.

As Reformas de 1967 e dos anos de 1990 também buscaram romper com o patrimonialismo, mas também procuraram desburocratizar o Estado. Para Santos (2012, p.98):

Na reforma dos anos 1990, a descentralização também aparece com um dos seus eixos principais. Esta Reforma flexibiliza tanto a administração pública, que dá abertura para o ingresso de novos protagonistas na efetivação dos serviços prestados à população. Exemplo disso, é o advento da separação da

atuação pública, entre atividades exclusivas e as não-exclusivas do Estado, nessas últimas se enquadram a educação, a saúde, a pesquisa científica, dentre outras, que serão transferidas para o setor público não-estatal e a produção de bens e serviços para o mercado.

E foi por meio desta Reforma dos anos 1990 com a flexibilização que ocorreu um vasto movimento de privatizações e um notável aumento da lógica particular no público, do modelo de gestão eficiente e eficaz dentro da esfera pública, em especial, da educação básica: As chamadas parcerias público-privadas - PPP.

No Governo Luiz Inácio Lula da Silva, realizaram-se concessões com a instituição da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 que instituiu as normas gerais para licitação e contratação das parcerias público-privadas no âmbito da administração pública. Ou seja, a partir desta Lei as parcerias entre o setor público e privado tornou-se legal.

Durante o Governo de Dilma Rousseff, foi criada a Lei nº 13.019 no dia 31 de julho de 2014, onde foi estabelecido o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação (BRASIL, 2014).

Na educação paraense, estas parcerias entre o público e o privado são presentes desde os anos de 1990¹, a exemplo da presença do Instituto Ayrton Senna (IAS) e do Pacto pela Educação do Pará, e na educação profissional com o Sistema S. Este Sistema atua no Brasil desde 1942 e tem servido como instrumento disciplinador para a formação do trabalhador.

Seleciona-se o Sistema S para investigação da parceria, pois sua gestão é privada, mas seu financiamento é público, sendo ele um dos ofertantes do Pronatec. Segundo Rodrigues e Santos (2012) a iniciativa privada foi responsável por 72% das matrículas em 2013, e no período de 2011 a 2015 foram realizadas 6,6 milhões de matrículas em cursos de qualificação profissional, na qual a participação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi de 46,2%, a do Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) 34,3%, dos Institutos Federais foi 11,4%, a do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) 3%, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural SENAR 2,2%, e as redes estaduais e municipais

¹ As experiências das parcerias público-privadas nas escolas públicas paraenses são discutidas no tópico 2.2 desta monografia.

2,6%², ou seja, o Sistema S realizou 85,7% das matrículas nos cursos de qualificação profissional, enquanto a rede pública matriculou 14%.

Sendo assim, faz-se necessário desvelar o que os discursos oficiais mostram acerca do Programa e da justificativa para a articulação com o Sistema S, pois se o Sistema “S” que faz parte da iniciativa privada é quem mais matricula nos cursos de qualificação profissional do Pronatec, por que as redes públicas são tão acanhadas perante esta oferta de matrículas de um programa público?

Pretende-se então contribuir para mostrar aos jovens socialmente vulneráveis e à comunidade em geral o significado do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, para além do que os discursos oficiais informam por meio de uma análise acerca do Programa, da educação profissional e da relação entre o público e o privado presentes no Pronatec.

Busca-se também contribuir academicamente com a ampliação do arcabouço teórico sobre a relação entre o público e o privado na educação profissional paraense, que poderá servir para os estudos posteriores acerca desta temática.

O objetivo deste trabalho é analisar como se configura a relação entre o Estado e o Sistema S no Pronatec no Pará, via parcerias público-privadas, e em específico, identificar a justificativa que norteia a criação do Pronatec, e verificar a atuação do Sistema S na oferta de cursos e execução deste Programa no Pará.

Para alcançar os objetivos, adotou-se uma metodologia predominantemente qualitativa, na qual se desenvolveu um estudo bibliográfico e documental sobre a educação profissional brasileira e paraense, e sobre as parcerias público-privadas na educação básica e profissional no Pará. Num primeiro momento, participei de reuniões para apresentação e discussão deste texto; na sequência, atualizei a revisão bibliográfica e documental referente à temática proposta. A partir de então, elaborei a redação do texto.

No que se refere a pesquisa bibliográfica, Gil (2002) aponta que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (p. 44). Com isso, selecionaram-se autores que abordam a temática da educação profissional brasileira e paraense, como: Araújo et al., (2007), Canali (2009), Campêlo (2017); a temática

² Disponível em: (<http://portal.mec.gov.br/pronatec/perguntas-frequentes>).

acerca das parcerias público-privadas na educação, tais como: Peroni (2015) e Santos (2012); e sobre o Pronatec: Silva (2017), Rodrigues e Santos (2015).

Com relação à pesquisa documental, Chizzotti (2006, p. 18) afirma que seu objetivo é responder às necessidades objetivas da investigação, daí buscou-se na presente pesquisa atender questões do tipo:

- ✓ Para que servem as informações documentadas;
- ✓ Quais documentos são necessários para realizar o estudo do problema;
- ✓ Onde encontrá-los; e
- ✓ Como utilizar-se deles para os objetivos da pesquisa.

Para atender tais recomendações, conforme nos ensina Chizzotti (op. cit; p. 19) que são “os objetivos e fins da pesquisa que determinam quais e que tipos de informações documentais convêm reunir”, delimitaram-se previamente os seguintes documentos: Relatório do SENAC do ano de 2014, Relatório da Escola Estadual de Educação Tecnológica do Estado do Pará (EETEPA) Monte Alegre do exercício do Pronatec referente ao ano de 2014.

Sendo assim, este trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo aborda o histórico da educação profissional relativamente ao Brasil e ao Estado do Pará, onde são apresentadas as formas como a educação profissional foi e ainda é pensada no País e, conseqüentemente, no estado do Pará, onde se destaca: o preconceito com o trabalho manual, por este ser uma atividade realizada pelos negros e mulatos escravizados; a educação profissional como política compensatória e assistencialista; a educação profissional como integrante de um sistema dual de educação que fragmentava a escola, e então, acabava por ser reforçado na legislação; e a educação profissional a partir da década de 70 pensada para atender as demandas do mercado de trabalho (ARAÚJO et al., 2007).

Assim, são expostas as Leis e Decretos que, de alguma forma, alteravam a última etapa do ensino, ora reforçando a dualidade neste, ora buscando superar esta dualidade ao propor uma educação integrada para a formação do trabalhador. Inicia-se pelo período colonial, passando pelo império e República, pelas leis orgânicas de ensino, conhecida por “Reforma Capanema, criada em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas; a criação do Sistema S no mesmo ano; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024/61; a LDB 5692/71; a Lei nº 7.044/82; Lei nº 2.208/97, e por fim, o Decreto nº 5.154/04 que visa um ensino integrado, politécnico e de formação do cidadão-trabalhador, por meio da formação para a vida social e produtiva do trabalhador, e a Lei nº 12.513/2011 que institui o Pronatec.

O segundo capítulo discorre acerca das parcerias entre o setor público e o setor privado, conceituando o público e o privado; apresentando também um breve histórico da relação entre estes setores referentes à educação, e as parcerias firmadas entre o Estado e a iniciativa privada que se intensificaram a partir do período de Reforma do Estado nos anos 90 proposta pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado - PDRAE e suas implicações para a gestão democrática nas escolas.

Vale abordar também as parcerias público-privadas na educação básica paraense, que conta com os acordos firmados entre as Prefeituras com o Instituto Ayrton Senna na década de 1990 e início dos anos 2000 e do Governo com o Instituto Unibanco, Natura, Synergos por meio do Pacto pela Educação do Pará. E na educação profissional no Pará que conta com a parceria firmada entre o Estado e o Sistema S na execução de cursos técnicos e de qualificação profissional, tal como o Pronatec e o Pará Profissional.

Já no terceiro e último capítulo será feita uma análise acerca do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Estado do Pará, onde se pode verificar a atuação do Sistema S na oferta e execução dos cursos deste Programa por meio de parceria com o Governo. Discorre-se sobre os anos de criação de cada entidade que integra o Sistema S e suas implantações no Estado do Pará; sobre os recursos públicos que abastecem os Sistema S e sobre suas ações no Pronatec.

1. CAPÍTULO I: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste primeiro capítulo, será abordado o histórico da educação profissional relativamente ao Brasil e ao Estado do Pará, onde são apresentadas as formas como a educação profissional foi e ainda é pensada no País e, conseqüentemente, no estado do Pará, dentre estas formas destacam-se: o preconceito com o trabalho manual, por este ser uma atividade realizada pelos negros e mulatos escravizados; a educação profissional como política compensatória e assistencialista, voltada para retirar os menores desvalidos das ruas e como instrumento disciplinar para os que cometiam os mais diversos crimes da época como gatunagem, vadiagem, roubo ou furtos; a educação profissional como integrante de um sistema dual de educação que fragmentava a escola, e então, acabava por ser reforçado na legislação; e a educação profissional a partir da década de 70 pensada para atender as demandas do mercado de trabalho (ARAÚJO et al., 2007).

1.1. Histórico da Educação Profissional brasileira

No período da Colonização, os escravos eram treinados para desempenhar os trabalhos manuais, porém o aprendizado para outras funções lhes era proibido e somente os homens livres eram quem poderiam realizá-las, como Canali (2009) diz:

aos homens livres cabia aprender as profissões por meio das Corporações de Ofício. Essas Corporações possuíam rigorosas normas de funcionamento que impediam o ingresso de escravos e o ensino oferecido era centrado exclusivamente nos ofícios que eram exercidos pelos homens livres. Assim, entende-se que os primeiros momentos da constituição de uma educação profissional no Brasil foi excludente e discriminatória em relação aos ofícios, traduzido pela relação entre atividade escrava e trabalho exercido pelos homens livres (p. 3).

Logo, percebe-se que havia renúncia e preconceito no que diz respeito ao exercício de ofícios, que neste caso era o trabalho manual, a força física, pois quem os desempenhava eram os negros e mulatos escravos, estes que eram excluídos socialmente.

O modelo de produção durante este período era o extrativista, a Coroa Portuguesa recusava que o modelo industrial fosse implantado na colônia, e em decorrência disso, os ramos de atividades industriais que haviam foram destruídos. As atividades industriais só foram retomadas em 1808 com Dom João VI “que ao chegar ao Brasil, retoma esse processo autorizando a abertura de novas fábricas” (Ibid., p. 4).

Com a abertura de novas fábricas, o País necessitava de mão-de-obra para exercer as atividades, e foi devido a esta carência que as crianças e jovens desvalidos de fortuna e de sorte passaram a ser utilizados.

Para suprir então essa necessidade, fez-se a aprendizagem compulsória de ofícios utilizando-se as crianças e jovens excluídos socialmente – os órfãos e pobres que vieram de Portugal na frota que transportou a família real. Os espaços de ensino e trabalho se davam no interior dos arsenais militares e da marinha, onde os “desvalidos” eram internados e postos a trabalhar por alguns anos até se tornarem livres e escolher onde, como e para quem trabalhar (Ibid., p. 4).

No século XIX, em 1809, Dom João VI criou o Colégio de Fábricas que foi o primeiro estabelecimento de ensino profissionalizante de responsabilidade do poder público. Este colégio era voltado para os órfãos a fim de tirá-los das ruas, passando a educá-los para o mundo do trabalho, segundo Araújo et al (2007, p. 52)

As iniciativas de Educação Profissional normalmente partiam de entidades e grupos da sociedade civil e do Estado ou da parceria entre ambos. A formação para o trabalho acontecia em academias militares, entidades filantrópicas ou nos liceus de artes e ofícios.

Segundo Santos (1999), a criminalidade estava presente na vida dos menores, e isto era devido à “deteriorização das condições sociais, as modificações das formas e modos de relacionamento” (p. 215) que era ignorada pelas autoridades, o autor aponta diversos crimes cometidos pelos menores na época que consistiam em vadiagem, gatunagem, desordem, embriaguez, furto ou roubo. Sendo assim, o governo criou uma instituição pública para o recolhimento destes jovens, era o Instituto Disciplinar, sobre este:

O jovem era imediatamente integrado às frentes de trabalho, que naquele momento inicial era essencialmente agrícola. A regeneração pelo combate ao ócio e a pedagogia do trabalho eram moedas correntes no cotidiano do instituto. Tentava-se a todo custo incutir naquelas mentes, hábitos de produção e convívio aceitáveis pela sociedade que os rejeitava. Por meio de contínuas seções de exercícios físicos, tentava-se doutrinar jovens para uma vida mais regrada e condizente com os anseios de uma cidade pautada pela lógica de produção (Ibid., p. 225).

Em 1909, o presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes e Artífices, onde em 1910 foram instaladas 19 destas em cada capital do Estado, tais escolas eram voltadas para a profissionalização dos jovens vulneráveis socialmente como mostra o seu documento oficial:

Considerando: que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da lucta pela existencia: que para isso se torna necessario, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensavel preparo technico e intelectual, como faze-los adquirir habitos de trabalho proficuo, que

os afastara da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime (BRASIL, 1909, p. 1).

Nesta época, o discurso acerca do desenvolvimento industrial e do atendimento das demandas ainda não era latente (KUENZER, 2000). Mas é possível perceber que a educação profissional estava ancorada em uma política de caráter assistencialista e compensatória, pois seu público alvo consistia nos jovens desvalidos de fortuna e que viviam nas ruas.

Em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, ocorreu o processo crescente de industrialização do Brasil e a conseqüente necessidade de mão de obra qualificada para ingressar neste novo mundo do trabalho. Outro aspecto a ser ressaltado é a configuração da Carta Magna de 1937, onde o Estado se eximiu da sua responsabilidade com a educação pública, servindo somente como subsidiário no que diz respeito ao ensino.

A Carta de 1937 não estava interessada em determinar ao Estado tarefas no sentido de fornecer à população uma educação geral através de uma rede de ensino público e gratuito. A intenção da Carta de 1937 era manter um explícito dualismo educacional: os ricos proveriam seus estudos através do sistema público ou particular e os pobres, sem usufruir desse sistema, deveriam ter como destino as escolas profissionais ou, se quisessem insistir em se manter em escolas propedêuticas a um grau mais elevado, teriam de contar com a boa vontade dos ricos para com as caixas escolares (GHIRALDELLI, 2001, p. 73).

Em 1942, foram criadas as Leis Orgânicas do ensino, conhecida como “Reforma Capanema” a qual a elite continua a formar para o ensino superior, desta vez por meio do curso médio 2º ciclo científico e clássico, e na formação profissional se encontrava o agrotécnico, o comercial e o industrial (KUENZER, 2000). Pode-se considerar que a eximção do Estado com a educação pública e a Reforma Capanema deixou a dualidade cada vez mais aparente no cenário da educação brasileira.

No que se refere à dualidade, Kuenzer (2000) nos aponta que, historicamente, a formação dos trabalhadores e cidadãos do Brasil é constituída por uma dualidade estrutural, que demarca a trajetória educacional dos que iriam desempenhar as funções intelectuais ou instrumentais, sendo assim, o caminho que cada jovem brasileiro irá traçar após concluir a educação básica já está pré-determinado dependendo da sua classe social, por mais que alguns possam fugir disto, o caminho para os jovens das classes populares estão pré-determinados para o exercício de ofícios/trabalho manual, enquanto que o caminho para os jovens das classes abastadas se direciona para o ensino superior e trabalho intelectual.

Isto se dá por meio de formações diferenciadas, que se caracteriza pelo **ensino propedêutico versus ensino técnico**, onde o propedêutico é voltado para a formação intelectual

dos alunos e os prepara para o ingresso no ensino superior dando continuidade nos estudos; e o ensino técnico é voltado para uma educação instrumentalizada que prepara o estudante para exercer algum ofício, treinando-o para o mercado de trabalho.

No ano em que foi criada a Reforma Capanema também foi criado o Sistema S, que é um conjunto de entidades, cujas letras se iniciam com “S”, tais entidades são responsáveis por prestar serviços, tais como o oferecimento de cursos técnicos e profissionalizantes aos trabalhadores brasileiros, o Sistema S é composto pelo Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) (SANTOS E SILVA, 2015). Tal Sistema S será analisado mais à frente.

Na Constituição de 1946, e, posterior criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) a Lei nº 4.024/1961 prescreve-se a obrigatoriedade do ensino primário, a educação profissional foi reconhecida no sistema regular, como pode ser visto no Capítulo III “Do Ensino Técnico”, nos Art. 47, 48 e 49 desta mesma Lei:

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a) *Industrial;*
- b) *Agrícola;*
- c) *Comercial.*

Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino.

Art. 48. Para fins de validade nacional, os diplomas dos cursos técnicos de grau médio serão registrados no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

§ 1º As duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa.

§ 2º O 2º ciclo incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa (BRASIL, 1961, não paginado).

Sendo assim, os cursos profissionalizantes e propedêuticos eram equivalentes, ambos davam acesso ao ensino superior. No entanto, concorda-se com o pensamento de Kuenzer (2000) de que esta nova configuração não supera a dualidade do ensino médio, pois os caminhos já se encontravam pré-estabelecidos para o trabalho instrumental e intelectual. E ainda segundo Canali (2009, p. 11):

é importante assinalar que a dualidade só acabou formalmente, já que os currículos se encarregavam de mantê-la, uma vez que o ensino voltado para a continuidade dos estudos continuava privilegiando os conteúdos exigidos nos processos seletivos de acesso ao ensino superior. Apesar da legislação estabelecer a equivalência, o que representou um ganho à ascensão ao ensino superior da classe desprivilegiada socialmente, a discriminação permanece como herança cultural. O ensino industrial e agrícola com suas funções vinculadas ao trabalho manual continuaram não sendo reconhecidos socialmente.

Desse modo, é possível afirmar que por mais que a dualidade tentasse ser superada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, na prática ocorria de forma diferente, pois as classes vulneráveis socialmente continuavam com dificuldades para adentrar no ensino superior, devido a desigualdade social e ao preconceito com o trabalho manual que ocorre desde a colonização no Brasil.

No período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), em 1971, foi criada a Lei nº 5.692/71, que se caracterizava na profissionalização compulsória, com cursos profissionalizantes realizados no ensino médio.

Alegava-se que esta profissionalização compulsória era devido à decorrência da vasta demanda por força de trabalho qualificada, especialmente no nível técnico para desenvolver a economia, fazendo com que o Brasil ingressasse no Bloco de países do Primeiro Mundo (KUENZER, 2000). Sobre esta Lei, Brasil (2007) aponta que:

Na prática, a compulsoriedade se restringiu ao âmbito público, notadamente nos sistemas de ensino dos estados e no federal. Enquanto isso, as escolas privadas continuaram, em sua absoluta maioria, com 15 os currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes visando o atendimento às elites. Nos sistemas estaduais de ensino a profissionalização compulsória foi amplamente problemática e não foi implantada completamente. Em primeiro lugar, porque a concepção curricular que emanava da Lei empobrecia a formação geral do estudante em favor de uma profissionalização instrumental para o “mercado de trabalho”, sob a alegação da importância da relação entre teoria e prática para a formação integral do cidadão. Entretanto, de forma incoerente com o discurso, ao invés de se ampliar a duração do 2º grau para incluir os conteúdos da formação profissional de forma integrada aos conhecimentos das ciências, das letras e das artes, o que houve foi a redução dos últimos em favor dos primeiros, os quais assumiram um caráter instrumental e de baixa complexidade. E isto não ocorreu por acaso, pois fazia parte da própria concepção de desenvolvimento do País e da reforma educacional em questão (p. 14-15).

A Lei nº 5692/71 não vigorou por recomendar um ensino de caráter fragmentado, não considerando a formação integral do estudante e fazendo isto por meio de uma profissionalização compulsória, onde os conteúdos da formação profissional se sobressaíram em detrimento dos conteúdos de ciências, letras e artes que foram enfraquecidos, e logo foi substituída pelo Decreto 971 de 1975 e mais tarde pela Lei nº 7.044/82, tal lei determina que:

§ 1º - Para efeito do que dispõem os artigos. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de 1º grau e, por ensino médio, o de 2º grau.

§ 1º - A preparação para o trabalho, como elemento de formação integral do aluno, será obrigatória no ensino de 1º e 2º graus e constará dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino.

§ 2º - À preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino.

§ 3º - No ensino de 1º e 2º graus, dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

Art. 5º - Os currículos plenos de cada grau de ensino, constituídos por matérias tratadas sob a forma de atividades, áreas de estudo e disciplinas, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, serão estruturados pelos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1982, não paginado).

No período pós-ditadura civil-militar de 1986 a 1989, caracterizado pela redemocratização do Brasil, muito se discutiu sobre quanto de ensino técnico seria incorporado ao segundo grau ou se a opção seria o completo esvaziamento deste. Para Canali (2009) “as atenções das diversas correntes de pensamento educacional e concepções de políticas educacionais voltavam-se, em especial, para uma nova estrutura ao ensino de 2º Grau e à Educação Profissional” (p. 14).

Nesse momento se encontra a situação do ensino médio e técnico, com reformas que pretendem estabelecer, em definitivo, a obrigatoriedade ou não de um ensino técnico profissionalizante agregado.

Em 1989 e a partir da década de 1990, o Brasil passou a aderir o projeto neoliberal, por meio do Consenso de Washington³. Neste período, o país era governado por Fernando Collor e os governos seguintes também deram continuidade ao neoliberalismo.

Sobre este projeto neoliberal Paulani (2006) caracteriza-o como o Estado sendo administrado como um grande negócio, e consiste na diminuição da intervenção do Estado sobre a economia, para que o mercado possa se sobressair, conforme afirma a autora:

Era preciso: limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mãos de ferro os gastos do Estado, aumentando o seu controle e impedindo

³ Foi uma reunião do International Institute for Economy ocorrida em 1989, que buscava difundir o neoliberalismo nos países subdesenvolvidos, especialmente nos da América Latina com a aparente intenção de combater as crises e misérias, foi elaborada pelo economista norte-americano John Williamson que cunhou o termo “Consenso de Washington”. As ideias propostas por Williamson se constituíam em 10 reformas, que Luiz Carlos Bresser-Pereira resumiu da seguinte forma: “as cinco primeiras reformas poderiam ser resumidas em uma: promover a estabilização da economia através do ajuste fiscal e da adoção de políticas econômicas ortodoxas em que o mercado desempenhe o papel fundamental. As cinco restantes são formas diferentes de afirmar que o Estado deveria ser fortemente reduzido” (1991, p. 6).

problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar seu papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico um determinado setor; e abrir completamente a economia, produzindo a concorrência necessária para que os produtores internos ganhassem em eficiência e competitividade (p. 71).

O projeto neoliberal também trouxe implicações no que se refere à educação profissional no Brasil, entre elas a disputa entre governo e empresários *versus* trabalhadores, onde Campêlo (2017) aponta que:

Enquanto governo e empresários discutiam sobre a qualidade e a produtividade da indústria nacional, com vistas às exigências de competitividade internacional, os trabalhadores passaram a discutir sobre as estratégias de enfrentamento das transformações do e no sistema produtivo, assim como propostas, projetos e políticas sociais voltados à formação profissional (p. 34).

E foi então que o discurso acerca da necessidade para a qualificação do trabalhador passou a prevalecer “para assegurar-lhes empregos de qualidade e garantir o sucesso do processo de modernização produtiva” (COSTA, 2006, p. 138 apud CAMPÊLO, 2017, p. 34). Mas quando se trata do neoliberalismo este discurso prevalece para manter o trabalhador qualificado somente para atender as demandas do mercado, pois neste tipo de projeto o mercado é considerado o principal agente que irá garantir o bom funcionamento da sociedade.

O capitalismo também possui um protagonismo nas relações entre trabalho e educação, pois como aponta Canali (2009)

A relação trabalho-educação reconfigura-se com o surgimento do modo de produção capitalista, e a escola é erigida à condição de instrumento por excelência para viabilizar o saber necessário à burguesia em célere ascensão, em uma sociedade não mais pautada nas relações naturais, mas sim em relações produzidas pelo próprio homem.

No ano de 1996, foi criada a Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Para a educação profissional esta Lei estabelece que:

Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, **conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.**

Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para

prosseguimento ou conclusão de estudos (BRASIL, 1996, não paginado, grifo nosso).

Logo, se pode notar que por mais que LDB recomendasse um diálogo entre a educação profissional e o ensino regular, esta Lei não recomendou uma formação para a vida social do trabalhador, foi pensada somente uma educação para a vida produtiva.

Neste período a educação profissional passou a ser orientada pela Pedagogia das Competências, que segundo Araújo et al (2007, p. 21):

Constitui-se, assim, numa abordagem que busca promover a reorganização do vínculo entre educação profissional e sistema produtivo, conforme os princípios que sustentam as atuais demandas de força de trabalho das empresas organizada sob a égide dos conceitos de produção flexível e integrada.

Esta educação profissional orientada pela competência mostra-se interessada em superar a organização taylorista-fordista, que se baseia na ideia da acumulação, da fabricação em massa, que segundo Markert (1999) apud Araújo et al (2007, p. 20) “o taylorismo formava para o posto de trabalho, enquanto que atualmente se exige uma formação para o ambiente, para o contexto, para entender integralmente o processo; um outro sujeito”.

Ainda sobre a Pedagogia das Competências, pode-se dizer que o conjunto de competências que o estudante-trabalhador deverá adotar, tais como: ser flexível, dinâmico, comunicativo, proativo, serve somente para satisfazer as demandas do mercado de trabalho. A formação para o ambiente se refere à adaptação do trabalhador no mercado competitivo que visa a meritocracia, os resultados alcançados. E, além disso, as competências só podem ser adquiridas na dinâmica do exercício das atividades laborativas.

Em 1997, foi criada a Lei nº 2.208/97 que objetivava “qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho” (BRASIL, 1997). Pode-se dizer que esta Lei reforçava a dualidade do ensino, pois também não trabalhava com a formação integral do trabalhador.

Na década de 90 também foram criadas diversas políticas para a educação profissional, dentre elas destacam-se o Programa de Reforma da Educação Profissional também chamado de Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP); Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor); Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae) e o Programa de Capacitação Solidária (PCS). O quadro a seguir irá mostrar as características destes programas implantados, apontando também os seus financiamentos.

Quadro 1: Os Programas de Educação Profissional e suas características - Década de 1990.

Programa	Características
PROEP	<ul style="list-style-type: none"> - Criado em 1997; - Seu objetivo era capacitar os docentes e os técnicos-administrativos da educação profissional, realizando cursos e atividades pedagógicas que pudessem associar teoria com a prática “nas áreas técnico pedagógicas, de gestão escolar e de integração empresa-escola” (ARAÚJO et al, 2007, p. 97); - Financiado por meio de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) de U\$ 250 milhões; e U\$ 250 milhões vindo 50% do Ministério da Educação (MEC) e 50% do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
Planfor	<ul style="list-style-type: none"> - Foi criado em 1995; - Seu objetivo era “qualificar pelo menos 20% da população economicamente ativa brasileira, constituída dos indivíduos com idade superior a 16 anos” (Ibid., p.95); - Financiado pelo FAT; - Seus recursos caíram de 2001 a 2002, de R\$ 493 milhões para R\$ 153 milhões.
Profae	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciou-se em 1999, mas começou a funcionar em 2000; - Seu objetivo era profissionalizar em larga escala os trabalhadores da área da saúde em nível médio, preferencialmente os auxiliares e técnicos da enfermagem. - Iniciativa do Ministério da Saúde, coordenado pela Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde; - Financiado pelo Banco Mundial, FAT e Ministério da Saúde.
PCS	<ul style="list-style-type: none"> - Foi criado em 1996; - Seu objetivo era profissionalizar jovens de 15 a 21 anos vulneráveis socialmente e com baixa escolaridade; - Visava também o fortalecimento da sociedade civil “por meio de atividades e cursos destinados ao desenvolvimento de competências e aperfeiçoamento de gestores sociais” (Ibid., p.100). - Atuava por meio da parceria entre sociedade civil e governo, viabilizadas pela Associação de Apoio ao Programa Comunidade Solidária (AAPCS);

	<p>- Era executado por “organizações não-governamentais, associações, sindicatos, centros comunitários, universidades e empresas de pequeno porte” (Ibid., p.100);</p> <p>- Financiado pelo próprio PCS.</p>
--	--

Fonte: Araújo et al (2007).

Como se pode notar, o FAT estava presente no financiamento de 3 destes programas, o Fundo de Amparo ao Trabalhador, segundo Campêlo (2017) é:

um fundo público, contábil de natureza financeira, constituído pela arrecadação do Programa de Integração Social – PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, remuneração de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e contribuição sindical (p. 35).

Em 2003, durante o primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Planfor foi substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), pois este governo “apontava um quadro de crise na política de qualificação profissional, identificando a perda da capacidade elaborativa e regulamentadora da política representada pelo Planfor” (Ibid., p. 44).

O Termo de Referência do PNQ (2012, p. 2) mostra os princípios do programa, que são:

- I. Articulação entre Trabalho, Educação e Desenvolvimento;
- II. Qualificação como Direito e Política Pública;
- III. Diálogo e Controle Social, Tripartismo e Negociação Coletiva;
- IV. Respeito ao pacto federativo, com a não superposição de ações entre estados, Distrito Federal, municípios e com outros ministérios e o estabelecimento de critérios objetivos de distribuição de responsabilidades e recursos;
- V. Adequação entre as demandas do mundo do trabalho e da sociedade e a oferta de ações de qualificação, consideradas as especificidades do território do setor produtivo;
- VI. Trabalho como Princípio Educativo;
- VII. Reconhecimento dos saberes acumulados na vida e no trabalho, por meio da certificação profissional e da orientação profissional;
- VIII. Efetividade Social e na Qualidade Pedagógica das ações.

Logo um dos objetivos do PNQ consistia em formar o trabalhador intelectualmente, tecnicamente e culturalmente, elevar a escolaridade deste trabalhador, articulando-se com as políticas públicas de educação, como foco na educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2012).

Para contrapor a Lei nº 2.208/97 e superar a dualidade e a profissionalização compulsória de 1971, foi implementado o Decreto nº 5.154/04 que, segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2008, p. 15):

O ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para se fazer a “travessia” para uma nova realidade. Sabemos que foi essa travessia que o Decreto n. 2.208/97

interrompeu, ao forçar a adequação da realidade à lei, proibindo que o ensino médio propiciasse também a formação técnica. O restabelecimento dessa garantia por meio do Decreto n. 5.154/2004, pretende reinstaurar um novo ponto de partida para essa travessia, de tal forma que o horizonte do ensino médio seja a consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino.

Sendo assim, tal referência legal visava um ensino integrado, politécnico e de formação do cidadão-trabalhador, por meio da formação para a vida social e produtiva do trabalhador.

No ano de 2011, foi criado o Pronatec por meio da Lei nº 12.513/2011 durante o governo de Dilma Rousseff, e um dos objetivos deste Programa é a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, e também a contribuição com a melhoria do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional (BRASIL, 2011).

A Educação Profissional e Técnica (EPT) passam pelo conflito entre os que lutam por uma educação profissional que forme o trabalhador integralmente, rompendo com o paradigma da intelectualização versus instrumentalização, onde os intelectuais são os que pertencem às classes abastadas e aos vulneráveis socialmente resta o exercício de ofícios; e o setor produtivo empresarial, com sua visão tecnicista, que pretende preparar os trabalhadores somente para o trabalho instrumentalizado, reforçando a dualidade que marca a educação brasileira.

Os estados brasileiros também se adequaram ao que era determinado pela esfera federal, como foi o caso do Estado do Pará que será estudado com maior destaque a seguir.

1.2. A Educação Profissional paraense

Tanto no Brasil quanto no Estado do Pará, os primeiros a ensinarem os ofícios foram os nativos, isto é, os indígenas. O trabalho era constituído entre as observações dos aprendizes e nas suas práticas efetivas no trabalho manual, quem os ensinava eram os adultos conhecedores das atividades de caça, pesca, plantio e na construção de objetos que os orientava (ARAÚJO et al, 2007).

O Pará também passou pelo modo de produção escravocrata, a educação profissional era informal e era destinada às pessoas vulneráveis socialmente, ou seja, os escravos, o trabalho ensinado aos escravos era voltado para o manual, e assim se efetivou o preconceito com esta modalidade de trabalho.

No período do império até o início da República, o ensino profissional não era exclusivamente um programa educacional e sim um plano de caráter assistencialista para os desvalidos de fortuna (NAGLE, 1974 apud ARAÚJO et al, 2007). A partir do Século XIX até o XX, o Pará irá entrar para a economia da borracha, este período é denominado como *Belle époque*, onde a economia paraense e Amazônica irá se debruçar em torno da economia da borracha, então este período “vai possibilitar a formação de uma nova elite composta por comerciantes, seringalistas e fazendeiros” (SARGES, 1990 apud ARAÚJO et al, 2007, p. 53).

Em 1840, foi criada a Casa de Educandos ou Companhia de Jovens Educandos, foi uma das primeiras iniciativas da Província do Grão-Pará para a profissionalização dos jovens que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, que se constituíam nos órfãos, desamparados em situação de miséria, eram oferecidos a estes menores o preparo para os ofícios de carpintaria, marcenaria, funilaria, entre outros.

Já em 1872, esta Casa de Educandos foi transformada no Instituto Paraense de Educandos Artífices, pelo presidente da Província Abel Graça, seu espaço era localizado no Colégio Gentil Bittencourt, e também era voltado para o mesmo público de jovens desvalidos, neste estabelecimento lhes eram ensinados além das primeiras letras e geometria, o ensino de marcenaria, serralharia, desenho e música. No início da República este Instituto foi transformado por meio do Decreto nº 414 de 01 de fevereiro de 1897 pelo Instituto Lauro Sodré, pelo então presidente do Estado Paes de Carvalho (BASTOS, 1988 apud ARAÚJO et al 2007).

Em 1909, quando o presidente da República Nilo Peçanha instalou as 19 Escolas de Aprendizes e Artífices, uma delas passou a ser situada em Belém, como já visto estas escolas tinham como o público-alvo os menores desvalidos de fortuna, a fim de que eles fossem retirados das situações de ócio, crimes e vícios. Sobre a Escola de Aprendizes e Artífices no Pará, Araújo et al (2007, p. 57) caracteriza que:

Começou com uma matrícula inicial de apenas 20 aprendizes, uma das menores do país. No ano seguinte o número foi bem maior, constando 95 alunos matriculados na escola. As oficinas oferecidas eram: marcenaria, alfaiataria, funilaria, sapataria e ferraria. O público atendido eram meninos na faixa etária de 10 a 13 anos (...) A evasão era alta, o que se atribuía ao longo tempo de duração dos cursos, à necessidade imediata que os alunos tinham de trabalhar e as péssimas condições de funcionamento das oficinas.

Foi a partir do ano de 1937, que a Escola de Aprendizes e Artífices sofreu alterações, onde ela passou a ser denominada de passou a ser chamada de Liceu Industrial do Pará (LIPA), quem realizou tal alteração foi o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Exames de seleção através de provas de conhecimentos passaram a ser aplicados aos candidatos a vagas nessa escola, e, a partir de 1942, testes

mentais também passaram a ser utilizados como procedimento de seleção. Estes procedimentos revelam a maior racionalização dos procedimentos pedagógicos, que passam a sofrer maior influência do progresso técnico, da expansão da industrialização e da lógica taylorista, que pressupunha maior adequação do homem ao posto de trabalho (Ibid., p. 58).

Com esta seleção para ingressar no Liceu, pode-se perceber que o acesso aos cursos tornou-se mais rigoroso, uma vez que para ingressar nessas escolas não era necessário passar por seleção, mas ainda sim a educação profissional ainda possuía o caráter assistencialista, agora também disciplinador, pois os alunos que cometiam alguma falta no estabelecimento “o sistema de punição era severo, indo desde a manutenção do aluno em quarto escuro durante horas até a sua expulsão definitiva da escola” (Ibid., p. 59).

Em 1942, a fim de que o Pará se adequasse à Reforma Capanema, o Liceu Industrial do Pará também sofreu transformações e passou a se chamar Escola Industrial de Belém – EIB. E em 1966 a Escola Industrial de Belém “começa um processo gradativo de substituição do curso ginásio-industrial pelo ensino profissional em nível de 2º ciclo” (Ibid., p. 59), a partir de então ela passa a ser denominada Escola Industrial Federal do Pará (EIFPA), e no ano seguinte a escola passa a permitir o ingresso de meninas em seus cursos.

Em 17 de junho de 1968 a EIFPA passa a ser denominada Escola Técnica Federal do Pará (ETFFPA), onde em 1971 também teve de se adequar à Lei nº 5.692/71:

acaba-se com o ensino de 1º grau (antigo ginásio), passando a funcionar na escola apenas o ensino de 2º grau. Deste modo a instituição assume a feição que tem até hoje, de formação de quadros técnicos para o mercado de trabalho paraense (Ibid., p. 59-60).

Sendo assim, é possível afirmar que ao invés do caráter assistencialista que marca a educação profissional, esta educação agora possui um caráter de atendimento das demandas que o mercado de trabalho solicita.

As Escolas Técnicas Federais eram bastante conceituadas junto ao empresariado e ao mercado de trabalho. Já não se destinavam mais somente aos órfãos, pobres e desvalidos, como o foram em sua origem. Ao contrário, nas décadas de 60 e 70, seus profissionais eram bastante demandados (Ibid., p. 60).

No estado do Pará, em 1994, a educação profissional também sofreu alterações, publicou-se o Decreto Federal que transformou a Escola Técnica Federal do Pará em Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), o CEFET-PA sofreu alterações no que diz respeito à formação e aos conteúdos, passou a ser orientado pelo referencial curricular da educação profissional, que por sua vez se baseava na noção de competências, atualmente é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) (ARAÚJO et al, 2007).

As políticas de educação profissional que marcaram os anos 90 também foram executadas no Pará, como exemplo pode-se considerar o Planfor e o PROEP.

O Planfor no Estado do Pará teve sua execução baseado no Plano Estadual de Educação Profissional do Pará – PEP/PA que era coordenado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Promoção Social (Seteps), este PEP foi criado com base nas diretrizes do Planfor que se alinhava aos objetivos do governo, que segundo Campêlo (2017, p. 64) era de:

promover o desenvolvimento econômico-social, através do emprego, do crescimento do produto e da distribuição de renda e reproduziu o discurso que já estava posto nacionalmente para a qualificação do trabalhador, ou seja, contribuir para a consolidação da estabilidade econômica por meio do aumento da oferta de qualificação aos trabalhadores. Assim, capacitá-los para as mudanças tecnológicas, organizacionais e gerenciais que a nova ordem do capital estava impondo.

Com relação ao financiamento do Planfor que era de responsabilidade do FAT, no Pará foi repassado o valor total de quase R\$43 milhões no ano de 1997 até o ano de 2002. Vale ressaltar que assim como no Brasil o Planfor sofreu uma queda nos repasses de seus recursos nos anos de 2001 a 2002, no Pará não foi diferente, pois no ano de 2001 foi repassado R\$ 9.342.000,00 enquanto que no ano de 2002 foi repassado somente R\$ 1.983.993,00 (ARAÚJO et al, 2007).

Já o PROEP no Estado do Pará foi executado pelas seguintes unidades: CEP Antonieta de Lourdes, FEAMA, Fundação Esperança, pelo CEFET-PA, pelo PEP-PA, CEP Itatituba, CEP Paragominas, CEP Monte Alegre, SEEPS/PA Salvaterra, ETPP Abaetetuba, ETPP Tailândia e ETPP Belém. E quanto ao seu financiamento, no Pará foram repassados ao PROEP R\$ 27.865.364,01 até o início de 2006 (ARAÚJO et al, 2007).

Em 2007, houve a instituição da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, por meio da Lei nº 7.017, de 24 de julho de 2007, e em 2016 sua denominação foi alterada para Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica – SECTET. A SECTEC tem por finalidade:

Planejar, formular, coordenar e acompanhar a política estadual de desenvolvimento científico e tecnológico, bem como promover, apoiar, controlar e avaliar as ações relativas ao fomento da pesquisa e à geração e aplicação do conhecimento científico e tecnológico em inovação no Estado do Pará (PARÁ, 2007, p. 1).

No ano de 2015, foi sancionada a Lei nº 8.186/2015 que criou o Plano Estadual de Educação do Estado do Pará (PEE-PA). Para a Educação Profissional, o PEE-PA conta com a meta 11 que pretende “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio,

assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (PARÁ, 2015, p. 4).

Em novembro de 2016, foi criado o Pará Profissional por meio da Lei nº 8.427, um dos objetivos deste Programa é

Ofertar cursos de educação profissional e tecnológica nas diversas modalidades, nos níveis técnico, tecnológico superior e de pós-graduação, formação inicial e continuada, qualificação e certificação de habilidades profissionalizantes, considerando as potencialidades locais, as demandas sociais identificadas e as vocações produtivas sub-regionais (PARÁ, 2016, p. 1).

O “Pará Profissional” é um Programa recente e administrado pela SECTEC, mas o governo do estado insere o Sistema S como um dos executores preferenciais deste por meio da Resolução nº 03 de 02 de dezembro de 2016.

Ademais, nota-se que a educação profissional, em seu contexto histórico, é marcada por ter um caráter assistencialista e compensatório, que utiliza os jovens vulneráveis socialmente como público-alvo para seus cursos de qualificação, com a ideia de que enquanto estes jovens estiverem realizando alguma ocupação não irão cometer crimes urbanos. O caráter assistencialista e compensatório ainda permanece, e além disso é oferecido para estes jovens um ensino, em sua maior parte, instrumentalizado e fragmentado, o que reforça a dualidade educacional que também marca a educação brasileira.

Logo, o maior desafio é pensar em uma educação profissional que leve em consideração a formação integral destes jovens, que seja trabalhado por meio de uma educação politécnica. Sobre a politecnia, Frigotto (1988) aponta que

Esta se funda numa concepção omnilateral de homem. Homem que se produz mediante o trabalho, mas que este não se reduz ao trabalho produtivo material. Homem enquanto natureza, indivíduo e sobretudo relação social. **Omnilateralidade que envolve trabalho produtivo material, trabalho enquanto arte, estética, poesia, lazer (mundo da liberdade).** A politecnia, busca, de outra parte, contrapor-se ao homem unilateral e a formação e educação dimensionadas sobre o especialismo, tecnicismo, profissionalismo. A politecnia implica a busca de eixos que estruturam o conhecimento organicamente, de sorte que faculte uma formação do homem em todas as suas dimensões (p. 444, grifo nosso).

E, para além disso, é necessário ofertar uma educação profissional que seja pública, gratuita e de qualidade, logo, entende-se que o Estado, por meio de uma gestão pública e que tenha compromisso com a democracia, é quem deve ser atuante na oferta e execução de cursos, pois, apesar de suas lacunas, este ainda é uma forma de garantia de direitos.

A entrega da educação profissional para a iniciativa privada também pressupõe a sobreposição de lógica privada, descomprometida com o público e mantenedora do individualismo, da competitividade e do pensamento de acumulação do capital, que é responsável pela desigualdade social que assola o país. É a partir desta lógica que os jovens são treinados para atender as demandas do mercado de trabalho, esta questão será vista mais adiante.

O que vale considerar é que as relações entre o público e o privado vêm crescendo na educação profissional paraense, pois além da atuação do Sistema S no Pronatec desde 2011, este também está presente na execução do Pará Profissional. Logo, se faz necessário um estudo acerca das parcerias público-privadas para esclarecer estas relações e é o que será visto no capítulo seguinte.

2. CAPÍTULO II: O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO

Este capítulo irá tratar da parceria entre o setor público e o setor privado e da relação que historicamente foi estabelecida entre estes setores no que se refere à educação. Destacam-se, então, o conceito de público e privado; um breve histórico da relação entre o público e o privado na educação, e as parcerias firmadas entre o Estado e a iniciativa privada que se intensificaram a partir do período de Reforma do Estado nos anos 90 proposta pelo Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado e suas implicações para a gestão democrática nas escolas.

Irá tratar também das parcerias público-privadas na educação básica paraense, que conta com os acordos firmados entre as Prefeituras com o Instituto Ayrton Senna na década de 1990 e início dos anos 2000 e do Governo com o Instituto Unibanco, Natura, Synergos por meio do Pacto pela Educação do Pará. E na educação profissional no Pará que conta com a parceria firmada entre o Estado e o Sistema S na execução de cursos técnicos e de qualificação profissional.

2.1 As Parcerias Público-privadas

Para que as parcerias público-privadas sejam compreendidas e devidamente analisadas, torna-se necessário conceituar o público e o privado e realizar uma breve análise acerca do histórico da relação entre estes setores na educação brasileira.

Na Grécia Antiga, os termos Polis e Oikos poderiam traduzir o que hoje nós conhecemos como público e privado, Oikos significa casa e Polis significa cidade, mas na concepção de Florenzano (2001) casa e cidade empobrecem os conceitos de Oikos e Polis. Ainda para esta autora, Oikos se refere a:

uma unidade social e de produção que comportava em primeiro lugar pessoas: uma família composta por pai, mãe e filhos. [...] do Oikos faziam parte as terras e demais bens imóveis, casas, estábulos, depósitos; todos de propriedade do senhor (p. 1).

Logo, Oikos diz respeito a uma instituição restrita, que possui suas próprias normas, hierarquias, sem precisar entrar em consenso com a comunidade para agir. Já a Polis, pode ser definida da seguinte forma:

é uma instituição que possui uma definição no quadro político da cidade-estado grega. É, na verdade, um estado jurídico que atinge o seu ponto de realização no momento em que as relações entre os membros da comunidade,

qualquer que seja a extensão desta, sejam definidas por normas escritas e retiradas da interpretação arbitrária dos indivíduos. [...] podemos definir a polis não como uma unidade basicamente territorial, mas, sim, como um conjunto de cidadãos governados pelas mesmas ferramentas jurídicas (p. 2).

Conforme os estudos de Santos (2004, p. 100) o significado de público no sentido dicionarizado “é de relativo à governança de um país, que serve para o uso de todos”. E o privado “significa particular, que se distingue do público”.

Ainda conforme Santos (2004) “na sociedade capitalista o público é contraditoriamente o privado [...] o Estado brasileiro, historicamente, tem sido privatizado porque representa os interesses de uma classe hegemônica” (p.101).

No que se refere a essa linha tênue entre o público e o privado no Brasil - onde o que prevalece é a vontade de uma classe hegemônica, que aqui no Brasil é composta pelo empresariado - esta relação pode ser vista desde o período do Império até a atualidade, porém será tratado o período Império até o período do governo de Dilma Rousseff.

No Império, pode-se notar uma relação entre o público e o privado quando Dom Pedro II deu abertura para este processo, que foi chamado de concessão, isto ocorreu na área de infraestrutura, onde se oferecia vantagens para quem fosse comprometido a construir as estradas de ferro (SANTOS, 2004).

Durante a Primeira República (1889-1930), o Estado brasileiro encontrava-se ausente no que diz respeito à promoção dos direitos sociais, logo, a educação não era prioridade do Estado, e à nível de constituição apenas o ensino secundário e o ensino superior era tratado como tal. Por mais que a educação fosse pública, não existia acesso e difusão desta referente ao financiamento, tal situação abria espaço para os interesses privados e para a atuação da igreja - uma instituição privada - para atuar na educação (PIRES, 2015).

Conforme nos mostra Pires (2015), nos anos de 1930, durante o primeiro mandato de Getúlio Vargas, houve o processo de industrialização nacional⁴ - com uma nova forma de capitalismo, dessa vez protagonizada pelos grandes empresários donos de indústrias em detrimento dos grupos oligárquicos - então a educação servia para promover o desenvolvimento nacional, porém, ainda era presente a influência dos grupos oligárquicos da Primeira República.

Logo, é possível inferir que com o novo perfil capitalista-industrial a educação irá servir para satisfazer a lógica privada, composta pelos grandes industriais e grupos econômicos, além

⁴Pires (2015) também elucida o fato de que quaisquer mudanças que venha a ocorrer no Brasil é resultado de um longo processo histórico, este irá depender das “conjunturas políticas e das forças sociais em relação” (p. 39). Sendo assim, ainda havia uma grande influência dos grupos oligárquicos no país, em especial, na educação brasileira.

disso consolidava-se no Brasil o liberalismo, este que visava o desenvolvimento do próprio capitalismo.

Durante o advento do Estado Novo, compreendido entre o período de 1937 a 1945, caracterizado pelo final da Segunda Guerra Mundial e continuidade do governo de Getúlio Vargas, que instituiu o Estado Novo, onde perseguiu políticos e realizou prisões arbitrárias e práticas de torturas.

Também outorgou-se a Carta de 1937, que não previa uma porcentagem mínima para a manutenção do ensino no Brasil. Pires (2015) aponta que o dinheiro público era utilizado para fins privados, já que o sistema servia especialmente à lógica privatista. Vale ressaltar um avanço que foi, no ano de 1946, a promulgação da Carta de 1946 em relação à Carta de 1937, pois ela previa percentuais mínimos, por meio de impostos, para o financiamento da educação, onde a União deveria aplicar, no mínimo, 10% e os Estados e Municípios aplicariam, no mínimo, 20% da renda resultante dos impostos na educação. Enquanto que a Carta de 1937 não previa nenhum percentual mínimo a ser investido na educação, e ainda

admitia a possibilidade do fornecimento de bolsas em escolas particulares aos alunos carentes, financiadas pelo próprio Estado; ou seja, a prioridade não era ampliar o número de estabelecimento públicos, mas sim o investimento estatal nas entidades privadas (p. 44).

No período da Ditadura Civil-Militar, contava-se com o apoio de diversos setores que configurava a classe dominante brasileira, a exemplo dos militares, empresariado, latifundiários, a mídia, e principalmente, o apoio dos Estados Unidos que financiou todas as ditaduras na América Latina que ocorreram nesta época (PIRES, 2015).

Isto é, o capitalismo estava se desenvolvendo no Brasil e conglomerados internacionais tinham grande influência no país. Segundo Pires (2015), na Ditadura Civil-Militar o Estado intervia na economia do país favorecendo a burguesia industrial e o capital internacional.

Era interessante para o Estado também privatizar o ensino, pois a educação deveria se transformar em uma atividade que gerasse lucro, e ainda

o repasse de recursos para a educação pública era visto como um prejuízo, pois não atendia às expectativas do mercado; no entanto, o investimento nos estabelecimentos de ensino privado legitimava a mercantilização da educação (PIRES, 2015, p.45)

Vale ressaltar também que este período foi onde houve maior apoio à lógica privatista na educação, pois segundo Pires (2015, p. 46) “determinava a possibilidade de concessão de bolsas de estudos para as instituições privadas, sob a alegação de que o poder público deveria prestar amparo técnico e financeiro a tais entidades”.

Já a década de 1980 foi marcada pelo período de redemocratização do país, onde os movimentos sociais lutaram pelo fim da ditadura e pela defesa da escola pública, na qual se pode destacar a forte participação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), que foi lançado em 9 de abril de 1987. Tal período também foi marcado pelo “aprofundamento da crise econômica em escala internacional e nacional” (PIRES, 2015, p.47); tal crise, que era pertencente ao capital, mais à frente, na década de 1990, será descrita como sendo do Estado por meio do documento Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, cuja finalidade foi a de difundir o projeto neoliberal no Brasil.

Sendo assim, cabe analisar a implantação da política neoliberal no Brasil intensificada a partir da Reforma do Estado na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e reforçada nos governos posteriores de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Propõe-se, então, uma discussão acerca da intervenção de organismos internacionais na educação, tal como o Banco Mundial; e das formas de privatização do público enfatizando as parcerias público-privadas na educação que agem por meio de programas firmados entre o Estado e a iniciativa privada.

Para iniciar a discussão, é antes necessário caracterizar o neoliberalismo. Ora, se o Brasil é um país tão submisso a esta política, como será exposto adiante, é imprescindível informar o que é e qual sua influência no mundo. O neoliberalismo é mais uma forma de difusão do capitalismo, segundo Sader (2011), o neoliberalismo é a cara do capitalismo contemporâneo, é o renascimento do liberalismo após a crise de 1929.

Paulani (2006) aponta que a história do neoliberalismo o coloca como doutrina, pois há uma crença por parte de seus estudiosos, como Friedrich Hayek – este é considerado o idealizador do neoliberalismo – Von Mises e Karl Popper de que o mercado deixado por si só permitirá um equilíbrio econômico e o bom funcionamento da sociedade.

Porém, para que o mercado possa agir é preciso limitar o tamanho do Estado, a partir da diminuição da sua área de ação e do corte de gastos com os serviços públicos. Logo as principais características de uma política neoliberal são: o Estado mínimo para as políticas sociais e o máximo para o capital; a abertura econômica e a privatização/mercantilização do setor público (PAULANI, 2006).

Estas características do neoliberalismo foram difundidas e aceitas por governantes influentes como Margareth Thatcher e Ronald Reagan, da Inglaterra e dos Estados Unidos, respectivamente, e então se distribuiu pelo mundo em países que faziam parte da área de influência destas duas potências, em sua maioria os países da América Latina.

Um marco importante para a política neoliberal foi o Consenso de Washington, uma reunião em que os economistas norte-americanos lançaram propostas para os países da América Latina para que dessa forma estes pudessem tornar-se parte integrante da sua economia, criando dessa forma a falsa esperança de um desenvolvimento econômico e social.

O Brasil foi influenciado pelo Consenso de Washington durante o Governo de Fernando Collor e desde então o projeto neoliberal vem sendo implantado no Brasil. Itamar Franco deu continuidade fazendo um grande acordo com o Banco Central para abrir a economia do país inserindo-o nas finanças dos mercados internacionais (PAULANI, 2006), dessa forma, compreende-se que este acordo implicou na submissão do Brasil aos organismos internacionais, pois estes organismos realizam empréstimos, aumentando ainda mais a dívida externa do país.

Nos anos 1990, mais especificamente em 1995 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) apresentou o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) elaborado por Luiz Carlos Bresser-Pereira, que na época era Ministro do MARE. A Reforma do Estado caracterizada neste Plano foi mais uma forma de difusão do neoliberalismo no Brasil. No documento, Bresser-Pereira afirma que a crise pertencia ao Estado e que era necessário redefini-lo, pois este era lento e burocrático, e por isto precisava-se de uma administração voltada para a flexibilidade, eficiência e eficácia, foi então que o documento se propôs a mudar a forma de gerir o Estado (BRASIL, 1995).

A administração pública antes caracterizada por possuir processos lentos e burocráticos foi substituída pela gestão gerencial, focada em resultados, e por isso considerada flexível, eficiente e eficaz, conforme aponta o PDRAE:

A eficiência da administração pública - a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário - torna-se então essencial. A reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações (BRASIL, 1995, p. 16).

Além disso, recomendava-se também que a responsabilidade pelos serviços não-exclusivos do Estado fosse transferida para o setor público não-estatal, ou seja, o terceiro setor⁵.

⁵ Segundo Montañó (2014), o chamado Terceiro Setor é uma noção ideológica da Sociedade Civil, se diferenciando do Primeiro Setor representado pelo Estado, e do Segundo Setor representado pelo Mercado.

Tal situação ocorreu para que o Estado, em seu contexto neoliberal, reduzisse o seu papel de executor e prestador destes serviços, como mostra o documento:

Finalmente, através de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle. Deste modo o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde (BRASIL, 1995, p. 13).

E assim, intensificou-se a política neoliberal no país, e também as parcerias público-privadas que conforme Santos (2012) são acordos feitos entre o Estado e a iniciativa privada para executar serviços públicos.

Mas o que se nota nessas parcerias é que o Estado só entra com o papel de financiador dos programas, como será demonstrado adiante, enquanto o papel do setor privado é de administrador e fomentador da lógica de mercado, esta lógica que é caracterizada pela individualidade e competitividade.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva também colaborou com a intensificação das parcerias público-privadas no Brasil, realizando as chamadas concessões, por meio da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, sendo assim, as parcerias público-privadas tornaram-se legais por meio desta lei, pois nela foram instituídas normas gerais para a licitação e contratação da parceria público-privada na esfera da administração pública, esta Lei, diz que:

Art. 2º Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

§ 1º Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas;

§ 2º Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

Durante o Governo de Dilma Rousseff, foi criada a Lei nº 13.019 no dia 31 de julho de 2014, que estabeleceu o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação (BRASIL, 2014).

Retomando a discussão acerca da submissão do Brasil ao projeto neoliberal, considera-se que as intervenções na educação brasileira realizada pelo Banco Mundial, são formas de submissão, pois este organismo implementa uma lógica de mercado e competitividade. Tal organismo age de forma que transforma serviços essenciais que se constituem em direitos básicos, como saúde, educação e transportes, etc, em mercadorias (TOMMASI; WARDE; HADDAD, 2003).

Para a educação, o Banco Mundial recomenda um pacote de reformas educativas que contém alguns elementos, como:

a) Prioridade na educação primária, b) Melhoria da eficácia da educação; c) Ênfase nos aspectos administrativos; d) Descentralização e autonomia das instituições escolares (...) e) A análise econômica como critério dominante na definição de estratégias (TOMMASI; WARDE; HADDAD, 2003, p. 24).

Ainda conforme o autor o Banco Mundial sugere que a comunidade é quem deve arrecadar recursos para a manutenção da escola, onde se pode notar que o Banco está “relativizando a responsabilidade do estado em garantir o financiamento a educação” (p. 26); sendo assim, a educação, conforme a concepção do Banco Mundial, não passa de um bom serviço para satisfazer os “clientes” que são os pais dos alunos.

Como se percebe, com a lógica neoliberal o Brasil é totalmente submisso aos interesses internacionais e isto se reflete na educação, onde o Banco Mundial apresenta uma nova concepção de educação. Esta que é prevista na Constituição de 1988 como um direito de todos, é agora considerada como um serviço. Portanto, no momento em que o País aceita as ações deste organismo internacional e sua lógica de mercado e competitividade na educação, há um descompromisso com uma formação crítica, reflexiva, participativa e cidadã que todas as crianças, jovens e adultos que se encontram na escola devem ter.

Conforme já apontado, no Brasil, o setor público vem sofrendo privatizações com o neoliberalismo desde 1990. Para Peroni (2015), há formas de privatização do público, entre estas estão: Quando uma instituição ou empresa pública passa a ser privada; quando um serviço é terceirizado; e quando a instituição é pública, mas contém lógica de mercado. Trazendo esta discussão para a educação, as parcerias público-privadas fazem parte deste último processo de privatização citado por Peroni (2015), isto se dá por meio de programas cuja intenção, presente em seu discurso oficial, seria a promoção da melhoria da qualidade do ensino. No entanto, o grande objetivo é a implementação de uma gestão gerencial voltada para resultados e que fomenta a lógica de mercado nas escolas públicas.

Como exemplo, destaca-se o “Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI)/Jovem de Futuro (JF)”, cuja prioridade é o treinamento do corpo gestor da Escola para alcançar resultados. A dinâmica do ProEMI/JF se dá seguinte forma: Como ele é uma parceria entre o Governo Federal, Secretarias de Educação e o Instituto Unibanco, o Governo Federal entra com os recursos, ou seja, o programa é financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e a equipe do Instituto Unibanco prepara os gestores e coordenadores da escola para executar o Programa por meio do curso de gestão escolar voltado para resultados (CAETANO, 2015). E assim se pode constatar que toda a administração do programa e a lógica que conseqüentemente irá se sobressair será a do Instituto Unibanco que é voltado para resultados somente.

O mesmo ocorreu com a parceria entre o Estado com o Instituto Ayrton Senna por meio do Programa Gestão Nota 10, onde o gestor deixa de ser um mediador de processos e passa a ser um mero executor de Programas (SOUSA, 2013).

Vale lembrar também que na educação profissional isto também ocorre, pois o Sistema S é uma organização que recebe dinheiro público, mas sua gestão é privada, e este é quem mais oferta vagas no Pronatec (RODRIGUES; SANTOS, 2015).

Nota-se que, com a política neoliberal, o Brasil que é um país capitalista passou a seguir a lógica do capital, isto pode ser visto nos grandes acordos do Estado com o empresariado (nacional e internacional) e na influência destes empresários na educação brasileira. Esta situação se reflete na educação paraense por meio de Programas de parcerias que implantam também a gestão gerencial, como será exposto a seguir.

2.2 O Público e o privado na educação básica e profissional paraense

Segundo as pesquisas do Grupo de Estudos e Pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática - Observe, no Estado do Pará, as parcerias público-privadas na educação vêm acontecendo desde os anos 90 e uma das primeiras parcerias na educação paraense ocorreu entre a Prefeitura Municipal de Santarém e o Instituto Ayrton Senna, em seguida essa parceria se repetiu em Altamira e em Benevides.

Em Santarém, o Instituto Ayrton Senna agiu por meio da Rede Vencer com o Programa Gestão Nota 10, cujo público-alvo era os gestores escolares (diretores de escolas públicas e equipe das secretarias de ensino), onde o programa oferecia capacitação e ferramentas gerenciais a estes profissionais da educação. Sousa (2013) nos revela que o Programa Gestão

Nota 10 atuava com ferramentas de gestão que tinham o objetivo de monitorar toda a rede de ensino de Santarém, incluindo desde a Secretaria Municipal de Educação até as unidades escolares.

O Programa também influenciou, de forma negativa, na autonomia dos gestores, professores e nos estudantes das escolas municipais, pois segundo Sousa (2013) a educação passava a ser uma atividade altamente burocrática, onde os educadores passaram a ter preocupações maiores com o preenchimento de planilhas para “registrar notas e percentuais voltados ao cumprimento das metas estabelecidas pela entidade terceira” (p. 361); os alunos eram estimulados a participar de *rankings* de frequências, notas, índices de aprovações e reprovações, e além disso, “as escolas, por sua vez, parecem também ser estimuladas a competir entre si por indicadores positivos de “eficiência”.” (SOUSA, 2013, p. 362). Com isso, a educação voltada para a construção da autonomia, da reflexão crítica e da formação plena do cidadão fica comprometida e até mesmo extinta neste tipo de parceria.

Já em Altamira, a Prefeitura sob a administração do PMDB, realizou a parceria com o Instituto Ayrton Senna, para que fosse desenvolvido o Programa Escola Campeã nas escolas públicas de ensino fundamental no período de 2001 a 2004. E em 2005 a parceria continuou por meio da “Rede Vencer”, programa deste mesmo Instituto (SANTOS; GUTIERRES, 2012).

Esta parceria estava ancorada em uma gestão gerencial, e isto trouxe implicações para as escolas, conforme aponta Santos e Gutierrez (2012):

Outra implicação da parceria é sobre a perda ou mesmo diminuição da autonomia da comunidade educacional de Altamira pela dificuldade em fazer funcionar os Conselhos escolares e o Conselho Municipal de Educação. Ao induzir à adoção da política de gestão gerencial na rede pública de ensino, sob a responsabilidade dos governos municipais, a proposta, que traz à tona uma visão economicista e empresarial da administração governamental, enfraquece as práticas de participação, tão caras à conquista da cidadania democrática tão almejada nos anos de 1980 e duramente conquistada na legislação educacional brasileira (p. 54).

Já em Benevides, o IAS atuou por meio do programa de “Correção de Fluxo”, compreendido em dois programas: o **Acelera Brasil**, que visava acelerar a aprendizagem dos alunos repetentes, alegando que o desenvolvimento de suas atividades possibilitaria o aluno recuperar em um ano, dois a quatro anos repetidos, é assim, o aluno voltaria a frequentar a série compatível a sua idade. E o programa **Se Liga**, cujo foco era “a alfabetização de crianças com distorção idade/série por meio da gestão eficaz” (POJO, 2012, p. 8).

Pojo (2012) nos revela que estes Programas de aceleração da aprendizagem do Instituto Ayrton Senna no município de Benevides acabaram por comprometer a autonomia dos professores, pois

ao invés de cada professor selecionar os conteúdos essenciais, básicos, estruturais para trabalhar com seus alunos por turma, considerando que a apropriação desses conteúdos constitui o alicerce para novas aprendizagens, é o IAS que assim o faz (p. 10).

Sendo assim, pode-se inferir que as ações do Instituto Ayrton Senna nos municípios paraenses não foram positivas no que diz respeito à autonomia dos trabalhadores da educação, pois era o IAS quem elaborava os materiais que monitorava as escolas, e cabia aos educadores cumprir os prazos e metas estabelecidos pelo Instituto; e à democratização da gestão, pois o modelo de gestão gerencial adotado pelo IAS era de um viés economicista e empresarial, que colabora com a mercantilização da educação.

As parcerias ganharam mais espaço no Pará e alcançaram seu ápice por meio do “Pacto pela Educação do Pará” de 2013 com vigência até 2017, o Pacto é voltado para o estabelecimento de parcerias com a crença de que as formas de gestão da iniciativa privada são eficazes e irão ajudar a superar o quadro desanimador da educação paraense, pois, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, o Ensino Médio do Pará já foi considerado o segundo pior do Brasil. O que vale destacar é que o Pacto pela Educação do Pará se interessa em aumentar o IDEB em 30% até o final de sua vigência por meio de parcerias com Institutos que são adeptos a gestão gerencial, este modelo de gestão que se interessa, principalmente, pelos resultados. Sendo assim, o Pacto acaba por promover uma educação “indicista”⁶ nas escolas públicas do Estado do Pará.

No “Pacto pela Educação do Pará”, o Governo do Estado realiza parcerias com o Instituto Unibanco, Fundação Itaú, Natura, Fundação Vale, entre outros.

As parcerias também ocorrem na educação profissional paraense e como exemplo têm-se o Governo Federal que se uniu ao Sistema S e instituições privadas para que os cursos do Pronatec também fossem executados por estas. Além de atuar no Pronatec, o Sistema S também atua no Pará Profissional, programa de cursos de educação profissional lançado no estado em 2016. Logo, percebe-se que o Sistema S é uma organização presente e forte no Pará, responsável pelo treinamento e disciplinamento dos trabalhadores paraenses.

⁶ Termo cunhado pela professora Terezinha Santos para se referir aos projetos/programas educacionais que se interessam apenas em alcançar altos índices e consideram isto como qualidade na educação.

É possível perceber que as parcerias que ocorreram entre o público e o privado na educação paraense estão focadas em um modelo de gestão gerencial que se interessa apenas pelos resultados, o que é diferente da gestão democrática, tal gestão que está prevista na nossa Constituição Federal, e que segundo Santos (2012) a gestão democrática é um meio para que seja possível atingir determinados fins.

Pode-se considerar também que o modelo de gestão gerencial é fruto da Reforma do Estado ocorrida a partir dos anos 90, expressa no PDRAE, esta Reforma é considerada como parte que integra um Projeto neoliberal para o Brasil ao recomendar os repasses dos serviços não exclusivos do Estado (saúde, educação) para o setor público não-estatal (terceiro setor), com isso, diminuindo a ação do Estado nestes serviços, deixando-os por conta de Institutos que prezam pela lógica de mercado e pelo acúmulo de capital, seja ele social, financeiro ou até mesmo humano.

Logo, torna-se necessário romper com o sistema capitalista tanto na educação quanto em diversos setores que são assolados por este sistema, como já apontado anteriormente, o neoliberalismo é mais uma faceta do capitalismo para continuar comprometendo os diversos setores da sociedade por meio de sua lógica de acumulação, isto resulta no Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para os interesses do capital.

A seguir, será tratado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego e a atuação do Sistema S nos cursos do Pronatec referente ao Estado do Pará, com a finalidade maior de analisar a parceria estabelecida entre o Estado e este conjunto de entidades, considerando que o Programa está apoiado na Teoria do Capital Humano (TCH), e há a necessidade de propor uma educação profissional que supere esta teoria é que vá para além das demandas do capital, levando em conta a formação crítica-política-social do trabalhador sob o ponto de vista de uma educação politécnica.

3. CAPÍTULO III: A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO

Este terceiro e último capítulo trata de uma análise acerca do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Estado do Pará, onde verifica-se a atuação do Sistema S na oferta e execução dos cursos deste Programa por meio de parceria com o Governo.

3.1 O Pronatec no Pará

O Pronatec foi criado pela Lei nº 12.513, no dia 16 de novembro de 2011, durante a primeira gestão de Dilma Rousseff (2011-2014). No Pará, foi implementado em 2011, mesmo ano em que foi criado nacionalmente em complementação com a oferta que já vinha sendo realizada pelo Brasil Profissionalizado por meio do Sistema S, porém no ano de 2012, a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA) passou a ofertar os cursos também por meio do Pronatec, isto se deu depois de um longo debate das redes estadual, municipal e Ministério da Educação (MEC) no Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), pois os gestores das redes estaduais não queriam apenas ser demandantes do Pronatec como sugeria o MEC (SILVA, 2014). Além da SEDUC-PA, em 2012, os cursos do Pronatec também foram ofertados pela Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará (ETDUFPA).

A tabela a seguir mostra o número de matrículas nos cursos técnicos do Pronatec no período de 2012 a 2014.

Tabela 1: Número de matrículas nos Cursos técnicos do Pronatec de 2012 a 2014.

Cursos Técnicos	2012	2013	2014
Bolsa Formação- Estudante	99.149	151.313	151.313
Brasil Profissionalizado	90.563	172.321	233.781
E-TEC Brasil	150.000	200.000	250.000
Acordo de Gratuidade do Sistema S	76.119	110.545	161.389
Rede Federal de EPCT⁷	79.560	90.360	101.160
Total	495.391	724.539	897.643

Fonte: Silva (2017).

Observando-se a tabela 1, pode-se perceber que houve um maior número de matrículas nos cursos técnicos da E-TEC Brasil que oferece os cursos técnicos à distância, em seguida

⁷ EPCT = Educação Profissional Científica e Tecnológica

houve um maior número de matrículas no Programa Brasil Profissionalizado. O que vale destacar são as matrículas dos cursos técnicos do Acordo de gratuidade do Sistema S em relação aos cursos da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT), em 2012 a rede federal matriculou 79.560 alunos enquanto que o Sistema S matriculou 76.119, mas isto mudou nos anos seguintes o Sistema S matriculou mais de 110 mil alunos em 2013 e mais de 160 mil em 2014, enquanto que a EPCT matriculou 90.360 em 2013 e 101.160 em 2014, isto quer dizer que o Sistema S matriculou mais que a rede federal no Pronatec que é um Programa pertencente ao governo federal.

Acerca da justificativa que norteia a criação do Pronatec, vale destacar que uma das maiores preocupações do governo federal é a qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, como é expresso na Exposição de Motivos Interministerial nº 19 de 28/04/2011:

O objetivo central da proposta é oferecer oportunidade de formação profissional aos trabalhadores e jovens estudantes brasileiros, criando condições favoráveis para sua inserção no mercado de trabalho e enfrentando um dos maiores desafios colocados hoje para continuidade do crescimento econômico do País, que é a falta de mão-de-obra qualificada (BRASIL, 2011).

Sendo assim, ao contrário do que se pretende no Decreto nº 5.154/2004, que é a formação tanto para a vida social quanto produtiva do trabalhador, o Pronatec dá maior ênfase na formação para o mercado de trabalho.

Vale considerar que, no contexto do modo de produção capitalista, muda-se a concepção de trabalho, que em seu sentido ontológico segundo Marx (2004) é a atividade vital, vida produtiva que surge na vida do homem como meio para satisfazer a necessidade de manutenção da sua própria existência, mas o trabalho é a vida do homem, é no trabalho que se encontra o caráter genérico do homem, o ser, “e a atividade consciente livre é o caráter genérico do homem” (p. 84) ou seja, o trabalho não está desvinculado do ser e o que ele produz pertence ao seu corpo físico; já no modo de produção capitalista produz-se o trabalho alienado que “faz da vida genérica do homem um meio da sua existência física” (p. 85), o homem torna-se alienado do outro homem, e o produto de seu trabalho lhe é alheio, já não pertence a si mesmo, mas sim a outro homem.

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório (MARX, 2004, p. 83).

Logo, pode-se notar que o Programa ao se preocupar somente com a formação do trabalhador para a inserção no mercado de trabalho já compactua com o conceito de trabalho alienado presente no modo de produção capitalista, onde o trabalhador brasileiro não irá

usufruir do produto do seu trabalho, este será aproveitado por outros homens, e a ideia de trabalho forçado irá se manter.

Para Rodrigues e Santos (2015, p.122), o Pronatec possui uma concepção de educação “com forte vinculação ao mercado, de caráter tecnicista e ancorada em uma renovada Teoria do Capital Humano”.

No que diz respeito a Teoria do Capital Humano (TCH) presente no Pronatec, esta foi formulada por Theodore Schultz e se refere ao investimento do próprio indivíduo na sua educação, pois quanto mais o indivíduo investe em si próprio mais chances ele terá de se qualificar profissionalmente, logo, poderá ascender socialmente. Esta conclusão se deu quando o pesquisador, ao final de seu experimento, notou que havia uma correlação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o nível de escolaridade. Mas o que Schultz não considerou foi o processo histórico marcado pela desigualdade entre as classes sociais. Sendo assim, a TCH reduz a concepção de ser humano a uma mercadoria ao confundir o trabalho - que é uma atividade vital que diz respeito a produção da existência do homem - com a venda da força de trabalho (FRIGOTTO, 2015).

O Pronatec possui acompanhamento sistemático nas unidades onde se materializa, este acompanhamento serve para a avaliação do Programa. Segundo a equipe de bolsa-formação:

Para assegurar que os objetivos estabelecidos pela Lei 12.513/2011 sejam alcançados é de responsabilidade da SETEC/MEC monitorar e avaliar a execução dos cursos e o cumprimento da pactuação conforme indicam as Resoluções FNDE/MEC, que tratam do repasse de recursos. O monitoramento e avaliação da Bolsa-Formação consistirão em acompanhamento contínuo e sistemático, podendo ser realizado: -a partir de relatórios extraídos do SISTEC; -por monitoramento in loco; -em atendimento a denúncias (BRASIL, 2012, p. 1).

No caso do Pará, os relatórios das atividades desenvolvidas são elaborados pelo Sistema S do Pará, pela SEDUC-PA, e também há contratação de profissionais que são responsáveis pela supervisão do Programa. Estas contratações são feitas por meio de editais, no qual está estabelecido o critério de que os candidatos interessados devem ter experiência mínima (formação e experiência profissional).

A respeito da SEDUC-PA, destaca-se o Relatório da Escola Estadual de Educação Tecnológica do Estado do Pará (EETEPA) Monte Alegre PA, no qual mostra os pontos que precisam ser melhorados e os pontos positivos para a execução do Programa na EETEPA. Vejamos o quadro a seguir:

Quadro 2: Pontos a melhorar e pontos positivos durante a execução do Pronatec na EETEPA Monte Alegre-PA no ano de 2014.

PONTOS A MELHORAR	PONTOS POSITIVOS
Falta de materiais didáticos (Data Show, DVD e outros).	Assiduidade dos professores.
Falta de transporte (micro ônibus) para aulas práticas, execução, demonstração de método e outros.	Assiduidade dos alunos.
Pagamentos de professores em dias e atualizado.	Estrutura da escola de boa qualidade.
Aumento de hora-aula dos professores.	Professores capacitados e relacionamentos interpessoais satisfatórios entre docentes e discentes.

Fonte: Relatório de execução do Plano de Atividades do Pronatec Exercício 2014.

O quadro 02 nos revela que o Pronatec precisa melhorar na disponibilidade de materiais didáticos na Monte Alegre como data-show, DVD, quadro magnético, etc, e na disponibilidade de transporte para as aulas práticas. Estes são recursos importantes para auxiliar nas aulas e torná-las interessantes, os materiais didáticos, por exemplo, podem ser utilizados para que os estudantes socializem os resultados de seus trabalhos, e para a exibição de filmes ou documentários - que se configuram em ótimos recursos pedagógicos quando são bem trabalhados - que tenham relação com o conteúdo que está sendo tratado no curso. E os transportes para as aulas práticas seriam essenciais, pois o Pronatec se volta para a classe trabalhadora que possui baixa renda, logo, é difícil e até mesmo inviável para essas pessoas custear transportes para as aulas práticas.

Outro ponto interessante que precisa ser melhorado na Monte Alegre é a remuneração dos professores, pois estes necessitam que seus pagamentos sejam colocados em dia, além disso há a necessidade do aumento da hora-aula, pois é desgastante para o professor ministrar aulas no Programa e não ter o seu trabalho valorizado, afetando até mesmo os alunos que podem ter a sua formação comprometida devido a esta má remuneração.

Ou seja, mais do que garantir o acesso ao ensino técnico para a classe trabalhadora o Pronatec deve também garantir a permanência da mesma nos cursos que o programa oferta, valorizando o trabalho docente e disponibilizando recursos.

O Programa conta com o incentivo da Bolsa-Formação para os estudantes, esta característica é destacada, pois está voltada para os jovens que estão cursando o ensino médio em escola pública.

A Bolsa-Formação consiste em

ampliar a oferta da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para estudantes do ensino médio da rede pública, a partir da concessão de bolsas financiadas pelo governo federal para ocupação de vagas em cursos ofertados pelas redes públicas e Sistema S” (RODRIGUES e SANTOS, 2015, p. 110).

Essa bolsa-formação atende a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cursos técnicos concomitantes destinados aos alunos da rede pública que estão cursando o ensino médio. Os cursos FIC’S descritos por Catálogo Nacional são de curta duração: com no mínimo 160 horas. No Pará há cursos com 180 horas, a exemplo do Curso de Auxiliar Administrativo na EETEPA Monte Alegre, e cursos de 220 horas, como o Curso de Criador de Peixe em Tanque Rede também na EETEPA Monte Alegre.

Esta formação não é suficiente para os estudantes, que a exemplo dos cursos FIC’s na Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará (ETDUFPA), Amaral (2016, p. 4) afirma que

Os cursos de Formação Inicial e Continuada poderiam ter sido mais produtivos e proveitosos se tivessem os recursos repassados com antecedência para planejamento de ações e visitas técnicas a empresas e a eventos culturais da cidade. A ação de visita de campo estava prevista no PPPC⁸, mas não foi realizada por conta da falta de recursos que a Coordenação não possuía para realizar/custear a locomoção dos alunos.

Verifica-se que a falta ou demora de repasse de verbas para a realização das ações previstas no Projeto Político Pedagógico tornou-se um empecilho e simultaneamente comprometeu a formação dos estudantes que já se encontrava fragilizada pela intenção de formação apenas para o mercado de trabalho.

Vale salientar que a educação profissional também é marcada pela união do Estado com as empresas privadas, na qual a iniciativa privada, em especial o Sistema S, passa a ofertar e executar os cursos técnicos e profissionalizantes com recursos públicos, como exemplo têm-se a Bolsa-Formação no Pronatec, conforme determina a Lei nº 12.513 de 2011:

O Pronatec poderá ainda ser executado com a participação de entidades privadas sem fins lucrativos, devidamente habilitadas, mediante a celebração de convênio ou contrato, observada a obrigatoriedade de prestação de contas da aplicação dos recursos nos termos da legislação vigente. [...] O Poder Executivo definirá critérios mínimos de qualidade para que as entidades privadas a que se refere o caput possam receber recursos financeiros do Pronatec (BRASIL, 2011).

⁸ PPPC = PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DOS CURSOS FIC.

Silva (2017) nos aponta a questão sobre a participação do Sistema S na oferta de cursos do Pronatec e lança a pergunta “Teria o Sistema S maior capilaridade para expandir, interiorizar, democratizar e promover educação de qualidade nos 450 (quatrocentos e cinquenta) municípios e/ou sete estados da região Norte?” (p. 160). Ainda segundo Silva (2017) o Sistema S não teria maior capilaridade no que diz respeito a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio -conforme objetiva a Lei nº 12.513/2011 – na região Norte, pois comparando o SENAC/PA com a SEDUC-PA responsável pela rede estadual de ensino público no Pará, o SENAC/PA possuía apenas dez unidades de ensino nas principais cidades do Pará, sendo que cinco unidades estavam concentradas em Belém, enquanto que “no estado do Pará havia em 2013, novecentos e sessenta e três (963) escolas que atuavam no Ensino Médio e/ou anos finais do Ensino Fundamental, com representação nos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios” (p. 160). E ainda vale considerar que

A SEDUC/PA, diferente do SENAC/PA, está em todos os municípios deste estado, mesmo assim não foi priorizada ou mesmo fortalecida na relação com o MEC. O Sistema público estadual, de responsabilidade da SEDUC possui 20 EETEPAS e mais de novecentas escolas, isso embora seja importante foi ignorado pelo MEC. Não queremos dizer que observasse apenas a quantidade de escolas. Porém, não deveria deixar de considerar o alcance destas, uma vez que já estavam nos espaços de difusão do Programa (p. 161).

Sendo assim, pode-se inferir que o governo deu prioridade ao Sistema S no que diz respeito a oferta dos cursos do Pronatec, pois o Programa também contava com a iniciativa de Ampliação da capacidade do Sistema S, esta que consistia em “ampliar e readequar a infraestrutura e os equipamentos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, visando atender o aumento da demanda induzido pelo atendimento ao Pronatec” (RODRIGUES; SANTOS, 2015, p. 113). Neste processo de ampliação e readequação da infraestrutura e dos equipamentos do Sistema S, houve o financiamento do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de 1,5 bilhões de reais para o SENAI “para a Competitividade Industrial para investimento em obras de infraestrutura (construção, modernização e ampliação de unidades)” (Ibid., p. 113).

Ou seja, ao invés do governo fortalecer a sua relação com as redes estaduais de ensino, neste caso com a SEDUC-PA – que além de possuir uma grande necessidade dos repasses de recursos para melhorar a sua infraestrutura, ela é pública, logo, o regime de cooperação entre União, Estados e Municípios deveria se fazer presente e fortalecido neste Programa – ele priorizou fortalecer os seus vínculos com o Sistema S.

Vale deixar esclarecido que esta prioridade que o governo dá ao Sistema S não é dada de forma impensada, ela possui um viés político e ideológico, um propósito que está para além do que os discursos oficiais mostram acerca da parceria entre estes setores. Portanto, isto se dá para o fortalecimento do Projeto neoliberal no país, onde o estado passa a atuar minimamente nas políticas públicas, deixando de repassar as devidas quantidades de recursos, e passa a agir de forma máxima para o capital, fortalecendo a iniciativa privada por meio das parcerias público-privadas.

Em termos gerais acerca do Pronatec, o jovem, especialmente o de escola pública em situação de vulnerabilidade social, é extremamente necessário para a execução deste Programa, dado ao fato de que o mercado precisa de pessoas jovens para realizar os serviços, pois assim pode pagar menos e contratar por um curto período por meio de estágios, e como estes jovens estão tentando iniciar uma carreira e precisam ganhar algum dinheiro para, na maioria das vezes, ajudar nas despesas de casa, se submetem a estas demandas do mercado.

Porém, nem sempre estes jovens conseguem uma vaga no mercado de trabalho, mesmo fazendo os cursos oferecidos pelos Programas que preconizam a qualificação de mão-de-obra para o mercado a fim de desenvolver a economia do país, esta situação se dá, pois, o capital além de necessitar de trabalhadores dóceis que atendam às suas demandas, também necessita criar e manter um exército de reserva caracterizado pelas pessoas “desempregadas” que também fariam qualquer coisa para conseguir uma vaga no mercado de trabalho, se submetendo às suas demandas caso consiga esta vaga.

A seguir, será mostrada a atuação do Sistema S na oferta e execução dos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no Estado do Pará, onde discute-se alguns aspectos sobre este conjunto de entidades, tais como a sua origem, o seu financiamento, a sua concepção de ensino e a sua relação com o capital.

3.2 A atuação do Sistema “S” no Pronatec no Pará

Conforme já visto anteriormente, o Sistema “S” foi criado no ano de 1942, cujo contexto era o período do Estado Novo (1937-1945), onde o País era governado por Getúlio Vargas e o Brasil estava passando por um processo de industrialização nacional, no qual se faz presente uma nova forma de capitalismo, desta vez, protagonizada pelos grandes empresários e donos de indústrias ao invés dos grandes grupos oligárquicos que dominavam durante a primeira república.

No Estado do Pará, o Sistema S se faz presente desde 1946 com o SESC e o SENAC. As entidades (que aqui serão chamadas de Serviços, por ser desta forma que os nomes destas se iniciam) que configuram o Sistema S não foram criadas no mesmo instante, levou-se anos para que o Sistema S tivesse em sua composição os 9 Serviços, tais como: SENAI, SENAC, SESC, SENAR, SEST, SENAT, SEBRAE, SESCOOP, SESI. Vejamos no quadro a seguir o ano de criação de cada Serviço, tal como os anos de suas instalações no Estado do Pará e suas principais funções.

Quadro 3: Ano de criação nacional das entidades que integram o Sistema S e ano de instalação no Pará e suas principais funções.

Entidade	Ano de criação	Ano de instalação no Pará	Principais funções
SENAI	1942	1953	Atua na área da indústria brasileira, onde oferece cursos desde iniciação profissional (cursos técnicos e profissionalizantes) até graduação e pós-graduação. O SENAI no Estado do Pará se mostra interessado em aumentar a competitividade das indústrias paraenses no cenário nacional e internacional.
SENAC	1946	1947	Atua na área do comércio brasileiro, oferecendo cursos técnicos e de qualificação profissional a fim de formar trabalhadores para o comércio; foi pioneiro no Brasil ao introduzir-se nos interiores dos estados por meio dos cursos volantes, no Pará isto começou ainda em 1947, tais cursos volantes atualmente são as Ações Móveis ⁹ do SENAC/PA.
SESC	1946	1946	Atua na promoção do bem-estar e da qualidade de vida do comerciário, sua família e da sociedade por meio de programas voltados para a educação, saúde, cultura, assistência e lazer.

⁹ As Ações Móveis do SENAC/PA é onde o SENAC leva as suas ações de educação profissional para os lugares em que não possui base física, estas ações costumam ser realizadas por meio do Centro de Educação Profissional Ações Móveis (CEPAM).

SESI	1946	1946	Atua na promoção da educação nas modalidades de Ensino Infantil e Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Cursos de Educação Continuada, Saúde e Segurança no Trabalho, além de ações de Cultura, Esporte e Lazer para os trabalhadores que formam a mão de obra da indústria paraense.
SEBRAE	1972	1974	Atua no apoio as micros e médias empresas brasileiras, além disso, promove a competitividade das micro e pequenas empresas e fomenta o empreendedorismo nos municípios paraenses.
SEST/SENAT	1993	1993	Atua na área do transporte, onde oferece cursos de formação para o trabalhadores do setor do transporte. E ainda presta assistência ao trabalhador prioriza na área de saúde, esporte, lazer e cultura, a prevenção de doenças, a promoção e a preservação das condições saudáveis dos indivíduos, o bem estar físico e mental e a inclusão e integração do indivíduo na sociedade.
SENAR	1991	1993	Atua na área rural, é mantida pela classe patronal rural, vinculada à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e administrada por um Conselho Deliberativo tripartite. Além disso, oferece formação para a população do campo por meio de ações, tais como: Formação Profissional Rural, Atividades de Promoção Social, Ensino Técnico de Nível Médio, presencial e a distância.
SESCOOP	1998	1999	Atua na área do cooperativismo, onde monitora cooperativas, oferece formação profissional e

			promoção social dos cooperados e suas comunidades.
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados fornecidos pelos sites das entidades que integram o Sistema S.

Um aspecto importante a ser destacado acerca do Sistema S, é que além dele estar presente nas diversas áreas, como: a indústria, comércio, educação, transporte, ramo empresarial, educação e área rural, este era e é assíduo na formação profissional, pois possui um protagonismo histórico no que diz respeito à qualificação profissional do trabalhador brasileiro, sobre este protagonismo histórico desempenhado pelo Sistema S, Manfredi (2002) apud Rodrigues e Santos (2012, p. 121) aponta que:

O Sistema S, criado na década de 1940 durante o Governo Vargas, representa, na sua origem, uma estratégia empregada pelos industriais paulistas para disciplinar o trabalhador brasileiro e garantir a paz social, alicerçando-se nas premissas de colaboração entre capital e trabalho e na representação de que a indústria interessava a todos os brasileiros, independentemente da classe social.

Vale salientar também que a gestão do Sistema S é privada, mas que o maior repasse de verbas para este conjunto de Organizações vêm do setor público, e ainda há precariedade no que se refere a participação efetiva do governo e, principalmente, dos trabalhadores. Manfredi (apud RODRIGUES; SANTOS, 2015), nos elucida esta questão sobre o Sistema S:

O Sistema S possui uma estrutura híbrida, na qual sua gestão é privada, orientada por empresários, sem a efetiva participação do governo e dos trabalhadores. No entanto, a maior parte de seus recursos são públicos, provenientes das contribuições compulsórias incidentes sobre a folha de pagamento das empresas de determinados setores, arrecadadas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), órgão do governo federal.

Como nos mostra a autora, os recursos do Sistema S provém das contribuições compulsórias que incidem sobre a folha de pagamento das empresas, onde tal contribuição é arrecadada pelo INSS, que é um órgão público, ou seja, o dinheiro arrecadado vem dos trabalhadores, e é preocupante o fato desses trabalhadores terem pouca ou nenhuma participação na gestão do Sistema “S”. Logo, pode-se inferir que os trabalhadores são interessantes para o Sistema “S” somente no que diz respeito ao seu disciplinamento pró mercado de trabalho, a fim de atender as demandas do capital. Mas na participação efetiva das tomadas de decisões acerca deste conjunto de organizações o trabalhador é desconsiderado.

O Sistema S também é responsável por ofertar um ensino técnico aos seus alunos, o que pode ser um empecilho para a formação integral do trabalhador. Conforme nos aponta Rodrigues e Santos (2012, p. 123):

Este direcionamento está vinculado entre outros fatores à cultura institucional, especialmente do Sistema S, que historicamente não desenvolve a escolarização dos seus estudantes, priorizando uma formação profissional tecnicista, e ao custo necessário para o desenvolvimento da forma integrada, pois, para ser executada com qualidade, ela demanda um grande investimento, desde espaços físicos adequados até um corpo docente mais numeroso.

No Relatório do SENAC de 2014, mostra-se o que foi feito no Pronatec a respeito do número de matrículas:

A meta inicialmente prevista para o ano de 2014 foi de 8.311 matrículas sendo que no 1º semestre foram homologadas pelo Ministério da Educação (MEC) apenas 4.158 matrículas, e no 2º semestre 1.326, desta forma, a meta real do SENAC PA passou a ser de 5.484 e foram realizadas 5.108 matrículas, alcançando um percentual de 93% de realização, o que consideramos como excelente percentual tendo em vista os percalços destas últimas pactuações, o próprio fato da divisão da pactuação em etapas, a criação do Mapa de Demandas identificadas, a inserção de novos demandantes e principalmente os atrasos nas homologações das vagas (SENAC, 2014, p. 24).

O número de matrículas do Pronatec no SENAC/PA também é apresentado em forma de tabela como visto a seguir:

Tabela 2: Oferta do Pronatec no SENAC/PA no ano de 2014.

UNIDADES OPERATIVAS	MATRÍCULAS	CHE
CEP Belém	1.883	437.551
CEP Castanhal	648	121.000
CEP Parauapebas	326	60.440
CEP Santarém	1.072	223.856
CEP TIC	104	20800
CEP Unidade Móveis	1.075	185.360
TOTAL	5.108	1.049.007

Fonte: Relatório do SENAC 2014.

Sendo assim, nota-se que o SENAC, que integra o Sistema S, consegue matricular muitos alunos no Programa, suas metas estabelecidas não são alcançadas, porém são vistas como um grande avanço, pois foram quase alcançadas, faltando apenas 7% do que foi almejado. As 5.108 matrículas realizadas pelo SENAC mostram o quanto o Sistema S é assíduo no Pará.

O SENAC Pará também participou do Projeto “Pronatec Empreendedor”, que consiste na parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) com o Ministério da Educação (MEC) estendendo-se para os ofertantes do PRONATEC. Tal parceria se apresenta com o objetivo de disseminar conteúdos relacionados ao empreendedorismo nos

cursos ofertados no âmbito da Bolsa-Formação, a fim aos alunos de proporcionar uma compreensão acerca do mercado de trabalho, e também identificar os tipos de empreendedorismo e suas características, reconhecendo a importância de se desenvolver atitudes empreendedoras junto ao seu projeto de vida e plano de carreira (SENAC, 2014).

No que se refere ao Projeto Pronatec Empreendedor, vale fazer o seguinte questionamento: Por que Sistema S se mostra interessado em formar seus alunos do Pronatec também para o empreendedorismo?

Sobre esta questão, Frigotto (2015) assinala que no contexto de produção flexível¹⁰ o empregável é formado por competências, que são determinadas pelo mercado, então educa-se para a empregabilidade e esta irá depender de cada sujeito, sendo assim, é o trabalhador quem deve estar atento, de modo individual, ao que o mercado espera dele, “mas se o desejo for ser patrão de si mesmo, o recado cínico é: busque ser empreendedor” (p. 221). O Sistema S ao fomentar o empreendedorismo já mostra que além de não haver emprego para todos, quando houver estes se darão de forma tão precária que o formado terá de procurar outras formas de complementar a sua renda: sendo empreendedor, além de fazer com que os jovens se responsabilizem pelos seus próprios destinos, e o que der errado será devido à falta de visão, de seriedade e disciplina deste jovem.

Acerca da configuração da parceria entre o Estado (público) e o Sistema S (privado) na oferta e execução do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego, vale ressaltar 3 aspectos: O primeiro é que o Sistema S, muito antes da criação do Pronatec, se mantém com dinheiro público e não há participação dos trabalhadores na tomada de decisões sobre o destino desse dinheiro.

O segundo aspecto é que no contexto da difusão e intensificação do projeto neoliberal no país, a parceria com o Sistema S é satisfatória ao Estado neoliberal, já que este conjunto de entidades é responsável pelo disciplinamento dos trabalhadores brasileiros desde 1942, tornando-os dóceis para o mercado no que se refere ao atendimento de suas demandas, logo, como o Pronatec precisa de mão-de-obra “qualificada” para o mercado ele busca quem sempre fez este trabalho: o Sistema S, e ainda fortalece seus vínculos com este Sistema por meio da iniciativa de Ampliação da capacidade do Sistema S.

¹⁰ Produção flexível, pois as novas tecnologias dão ao capital produtivo e financeiro grande poder e mobilidade, onde se permite desfazer-se de trabalhadores, tal como excluir ou flexibilizar as leis que protegiam os trabalhadores empregados e, assim, instituir processos de superexploração (FRIGOTTO, 2015, p. 220).

O terceiro aspecto consiste no público-alvo do Pronatec: os jovens vulneráveis socialmente; por meio de uma educação profissional que historicamente foi pensada sob um caráter assistencialista e compensatório, onde faz-se presente a exclusão e o preconceito ao trabalho manual; que sofre com a dualidade educacional marcada pelo ensino propedêutico *versus* ensino técnico, e que atualmente serve para atender as demandas do mercado, o Pronatec oferece a estes jovens cursos aligeirados, cuja função será apenas fazer com que estes estudantes estejam qualificados para atender as demandas do mercado, o que não garante que eles tenham emprego, ou se tiverem, isso não garante que serão devidamente remunerados e terão seus trabalhos valorizados.

Sendo assim, esta é uma das formas que o capitalismo se mantém no Brasil, e necessariamente, no Pará por meio de programas que se mostram interessados em contribuir para a melhoria da educação dos jovens, mas que em verdade, só os querem para atender as demandas imediatas do mercado de trabalho.

E como já dito anteriormente, é necessário pensar e construir uma educação profissional que supere a ideia de atendimento das demandas do capital, mas para isso, é imprescindível, primeiramente, lutar pela extinção do sistema capitalista, que está sob a forma de uma política neoliberal que assola e mercantiliza diversos setores da sociedade brasileira ao recomendar a minimização do estado para com as políticas sociais, que foram e são conquistadas (quando são) por meio da luta dos movimentos sociais, em sua maioria, protagonizado pela classe trabalhadora que é a classe que mais sofre os impactos da política neoliberal no país, é a classe onde o sistema capitalista é atuante no que diz respeito a retirada de direitos.

É imprescindível lutar por uma educação profissional que seja efetivamente pública, ou seja, onde o público realmente seja priorizado em detrimento do privado; gratuita e de qualidade, que trabalhe sob a perspectiva de uma educação politécnica que forme o estudante-cidadão-trabalhador crítica e reflexivamente nas diversas áreas do conhecimento, que o trabalho instrumental não esteja desvinculado do trabalho intelectual. Ademais, necessita-se de uma educação onde os jovens das classes populares do país não sejam utilizados como meros empregáveis que somente deverão atender o que o mercado de trabalho solicita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do conjunto das análises efetuadas ao longo deste trabalho, pode-se dizer que a educação profissional brasileira era pensada sob um caráter assistencialista e compensatório, seu público-alvo eram os jovens desvalidos de fortuna, criavam-se escolas de ofícios para disciplinar estes jovens com vista de que eles não cometessem os diversos crimes urbanos da época, tais como: vadiagem, gatunagem, pequenos furtos, etc. O pobre teria de ter trabalho para não ser confundido com ladrão ou um vagabundo.

Além do caráter assistencialista e compensatório, vimos que a educação oferecida nos anos finais da escolaridade era marcada pela dualidade estrutural - caracterizada pela separação entre ensino propedêutico *versus* ensino técnico, um voltado para o trabalho intelectual de continuidade dos estudos, protagonizado pelas classes mais abastadas, e outro voltado para o trabalho instrumentalizado, protagonizado pelas classes populares - e que esta dualidade ficou ainda mais latente com a Reforma Capanema. Ademais, com a Lei nº 5.692/71 que se caracteriza pela compulsoriedade no ensino, passou-se a vigorar a ideia de formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho, que perdura até os dias atuais.

Vimos também que o setor público em parceria com a iniciativa privada também executa programas voltados para a educação profissional, tal como o Pronatec e o Pará Profissional. A relação entre o público e o privado são presentes no Brasil desde o império, mas as parcerias público-privadas se intensificaram a partir da adesão do País ao Projeto neoliberal, a Reforma do Estado dos anos 1990 ajudou a difundir o neoliberalismo no país por meio do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Neste documento a crise econômica dos anos 80 era considerada como do Estado, e por este possuir uma administração lenta e burocrática precisaria ser substituído por uma gestão gerencial que era considerada flexível, eficiente e eficaz, e recomendou-se que a responsabilidade pelos bens públicos não-estatais fosse repassada para a iniciativa privada ou ao terceiro setor, e foi desta forma que se intensificaram os processos de privatização e de parcerias público-privadas. Legalmente a parceria público-privada foi instituída no governo Lula por meio da Lei nº 11.079/04 que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.

Na educação básica, as parcerias público-privadas atuam a fim de implantar o modelo de gestão gerencial nas escolas, esta que foca somente em resultados. Na educação profissional o Estado une-se ao Sistema “S” para executar o Pronatec que tem um viés mercadológico, onde

os jovens são formados apenas para satisfazer o mercado, além deste se embasar na Teoria do Capital Humano que reduz a concepção de ser humano a uma mercadoria ao confundir o trabalho - que é uma atividade vital que diz respeito a produção da existência do homem - com a venda da força de trabalho (FRIGOTTO, 2015). No capitalismo, tudo é reduzido à mercadoria

Ademais, no que diz respeito a configuração da parceria entre o Estado (público) e o Sistema “S” (privado) na oferta e execução do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego no Estado do Pará, considera-se alguns aspectos: O Sistema S, muito antes da criação do Pronatec, se mantém com dinheiro público e não há participação dos trabalhadores na tomada de decisões sobre o destino desse dinheiro.

No contexto da difusão e intensificação do neoliberalismo no Brasil, a parceria com o Sistema S é satisfatória ao Estado, pois é responsável pelo disciplinamento dos trabalhadores brasileiros desde 1942, tornando-os dóceis para o mercado, treinando-os para atender as suas demandas, logo, como o Pronatec precisa de mão-de-obra “qualificada” para o mercado ele busca quem sempre fez este trabalho: o Sistema S, além de consolidar seus vínculos com este Sistema por meio da iniciativa de Ampliação da capacidade do Sistema S.

Além disso, o público-alvo do Pronatec consiste nos jovens socialmente vulneráveis, os que estão cursando o ensino médio em escola pública. Por intermédio de uma educação profissional que historicamente foi pensada sob um caráter assistencialista e compensatório, na qual se fazem presentes a exclusão e o preconceito ao trabalho manual; que sofre com a dualidade educacional marcada pelo ensino propedêutico *versus* ensino técnico, e que, atualmente, serve para atender as demandas do mercado. O Pronatec oferece a estes jovens cursos aligeirados, cuja função será apenas fazer com que estes estudantes estejam qualificados para atender as demandas do mercado, mas isto não irá garantir que eles tenham emprego, mas se tiverem, não há garantia de que serão devidamente remunerados, tendo seus trabalhos valorizados.

E, para além disso, é preciso lutar por uma educação profissional que seja pública, gratuita e de qualidade, pois o Estado, por meio de uma gestão pública e que tenha compromisso com a democracia, é quem deve ser atuante na oferta e execução de cursos, pois, apesar de suas lacunas, este ainda é uma forma de garantia de direitos. Logo, o maior desafio é pensar em uma educação profissional que leve em consideração a formação integral destes jovens, que consista em uma educação politécnica, onde o estudante-cidadão-trabalhador, de forma omnilateral, seja formado de forma crítica e reflexiva em todas as áreas do conhecimento, considerando que o

trabalho além de atividade vital que mantém a existência do homem, é também o próprio caráter do homem genérico, logo o homem não pode estar desvinculado do trabalho que é o que o trabalho alienado faz.

É de extrema necessidade também lutar por uma educação que busque romper com a dualidade estrutural que marca a educação brasileira nos anos finais da escolaridade, que o trabalho intelectual não esteja desvinculado do trabalho instrumental, que se faça valer o Decreto nº 5.154/04, formando o estudante tanto para a vida social quanto para a vida produtiva.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Genilda. **A oferta de cursos FIC'S por meio da bolsa-formação no Pronatec da Universidade Federal do Pará.** 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD1_SA26_ID2729_09092016114805.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

ARAÚJO, R. M. L. et al., **A Educação Profissional do Pará.** 1. ed. Belém: EDUFPA, 2007. v. 1. 192p.

BRASIL. **Constituição de 1988:** Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 fev. 2018.

_____. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial, Brasília, DF, 17 abr. 1997.

_____. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 26 jul. 2004.

_____. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Decreto Nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909.** Rio de Janeiro, RJ.

_____. Exposição de Motivos Interministerial nº 19, de 28 de abril de 2011. **Subchefia de Assuntos Parlamentares.**

_____. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: DF. 1961. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. **Lei nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004.** Brasília, DF.

_____. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011.** Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 27 out. 2011.

_____. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco. **Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014.** Brasília, DF.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm> Acesso em 10 jun. de 2017.

_____. **Lei nº 7.044/82, de 18 de outubro de 1982.** Altera dispositivos da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização d ensino de 2º grau. Brasília, DF.

Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 20 jun. 2017.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.** Brasília, 1995.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. **Documento Base.** Brasília, 2007.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **PNQ – Plano Nacional de Qualificação – Termo de Referência.** Brasília, 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise na América Latina: consenso de Washington ou crise fiscal? **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.3-24, abr. 1991.

CAETANO, Maria Raquel. **Ensino Médio no Brasil e a privatização do público:** o caso do Instituto Unibanco. Andes-sn, Pelotas, p.84-99, ago. 2015.

CÂMPELO, Sônia Maria da Silva. **O PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO PARÁ:** um estudo a partir da Resolução Nº 333/2003 do CODEFAT. 2017. 118 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CANALI, Heloisa Helena. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.** 2009. Disponível em: <<http://www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEducacional/CANALI.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FLORENZANO, M. B. B. **Pólis e oïkos, o público e o privado na Grécia Antiga.** 2001. Disponível em: <http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/florenzano_polis_e_oikos.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 13, n. 20, p.206-233, jan. 2015. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_20/10_frigotto.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

_____. Formação profissional no 2º grau: em busca do horizonte da Educação Politécnica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p.435-445, dez. 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. **A gênese do Decreto nº 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita.** Rio de Janeiro, 2008.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **Introdução à Educação Escolar Brasileira: História, Política e Filosofia da Educação.** 2001. Disponível em:

<<http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/introdu-edu-bra.pdf>>. Acesso em: 10. Fev. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

KUENZER, Acácia. (org). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. 91 p. Tradução de: Jesus Ranieri.

MONTANÕ, Carlos. **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

PARÁ. **Lei N° 8.427, de 16 de Novembro de 2016**. Cria o Programa de Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do Estado do Pará, denominado “Pará Profissional”, e dá outras providências. Belém-PA, 18 nov. 2016.

_____. Lei n° 7.017, de 14 de julho de 2007. Cria a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica – SECTET, e dá outras providências (alterada pela Lei n° 8.096, de 1° Janeiro de 2015 e Lei n.º 8.404, de 13 de Outubro de 2016). **Lei n° 7.017 de 14 de Julho de 2007**. Belém, PA.

_____. Lei n° 8.186, de 23 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências. **Lei n° 8.186, de 23 de Junho de 2015**. Belém, PA.

_____. **Sistema de Governança do Pacto pela Educação do Pará**. 2ª ed, s/d.

PAULANI, Leda Maria. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderlei (Orgs.). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz: EPSJV, 2006, p. 67-107.

PERONI, Vera (Org). **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. 326 p.

PIRES, Daniela de Oliveira. O histórico da relação público-privado e a formação do Estado Nacional: implicações para a constituição da esfera pública. In: PERONI, Vera Maria Vidal. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 35-51.

POJO, O. C. Os Programas de Recuperação (nivelamento) de Aprendizagem do Instituto Ayrtton Senna em Benevides/PA. In: **Anais do 5º Encontro Internacional de Educação Comparada**, 2012. v. 01.

PRONATEC, Equipe de Bolsa-Formação. **PDE - Pronatec**. 2012. Disponível em: <www.proex.ifmt.edu.br/get_file/2000012/1001182/0/>. Acesso em: 05 maio 2017.

RODRIGUES, Romir de Oliveira; SANTOS, Mauricio Ivan dos. O Pronatec na fronteira entre o público e o privado. In: PERONI, Vera Maria Vidal. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 108-126.

SADER, Emir. **Neoliberalismo - a cara do capitalismo contemporâneo - e pós neoliberalismo**. 2011. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/Neoliberalismo-a-cara-do-capitalismo-contemporaneo-e-pos-neoliberalismo/2/23681>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SANTOS, Deribaldo; SILVA, Geisiane Cristina Pereira da. Utilização privada de dinheiro público: alguns apontamentos sobre a gestão dos recursos do Sistema S. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 19, n. 1, p.187-203, jan/jun. 2015.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, v., p. 210-230.

SANTOS, T. F. A. M. Implicações do público não estatal para a gestão escolar democrática, pelas vias do Programa Dinheiro Direto na Escola. **Série-Estudos (UCDB)**, Campo Grande, v. único, n.18, p. 97-112, 2004.

SANTOS, T. F. A.M.; GUTIERRES, Dalva. **A parceria público-privada na gestão da educação em Altamira-PA: O Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna**. Revista da Faculdade de Educação, Cáceres, n. 18, p.39-59, jul-dez/2012.

_____. **Administração da educação pública no Brasil: as parcerias público-privadas**. Revista Exitus. v.2, nº1, jan/jun2012.

_____. Versus e Reversus da Gestão das Políticas Educacionais. In: **Gestão Educacional e Qualidade do Ensino: reflexões e práticas atuais**. Belém: Ponto Press Ltda, 2012. Cap. 1, p. 11-30.

SEDUC. **Relatório de execução do Plano de Atividades do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego-Pronatec**. 2014.

SENAC. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. 2014.

SENADO FEDERAL. **Sistema S**. s.d.. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

SILVA, Erbio dos Santos. **Pronatec, educação profissional e a relação público-privada no Pará**. 2017. 199 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

_____. **Qualificação Profissional: Reflexões Sobre a Execução do PRONATEC/PA**. In: Encontro de Pesquisadores Norte e Nordeste - EPENN, 2014, Natal: UFRN, 2014. v.1.

SOUSA, Walter Lopes de. **O programa Gestão Nota Dez do Instituto Ayrton Senna e a Educação em Santarém-PA** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

TOMMASI, Lívia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAD, Sérgio (Org.). **O Banco mundial e as políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 279 p.